

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PAULO KROEFF BAGGIO SILVA

**EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA:
A LEI N. 12.441/2011 EM PROL DA FORMALIZAÇÃO DA ECONOMIA**

CURITIBA

2012

PAULO KROEFF BAGGIO SILVA

**EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA:
A LEI N. 12.441/2011 EM PROL DA FORMALIZAÇÃO DA ECONOMIA**

Monografia apresentada ao Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Edson Isfer

CURITIBA

2012

The main function of the belief in individual responsibility is to make us use our own knowledge and capacities to the full in achieving our ends.

Friedrich A. Hayek

Agradecimentos

A Deus, pela luz emanada, trazendo uma nova lição a cada passo.

A meus pais, Ligia e Henrique, por proverem todo o amor de que precisei ao longo desta longa caminhada da vida, bem como pelo esforço constante para que eu tivesse uma educação de qualidade.

Ao Pedro, meu irmão, exemplo diário de dedicação e sinônimo de esforço, que, com certeza, corresponderá à grandeza de seus sonhos.

Ao professor e orientador Dr. Edson Isfer, pela paciência e pelo exemplo de caráter dado ao longo desses anos em seu escritório e na sala de aula.

Ao Partido Democrático Universitário e seus membros, por me ensinarem, antes de mais nada, a ouvir os outros e assim aprender que essa é a melhor maneira de evoluir; por serem, sobretudo, um grupo de amigos, que acreditam na política acadêmica; por conseguirmos as mais suadas e recompensadoras vitórias, fazendo esses cinco anos de Santos Andrade valerem cada segundo, abraço e comemoração.

Aos amigos, do Suíço, Santa Maria, Trinity e UFPR, por jamais negarem apoios e sorrisos e, assim, me fazerem uma pessoa melhor. Espero poder retribuí-los de todo o coração por toda a diferença que fazem na minha vida.

RESUMO

A presente monografia tem por objeto o estudo da empresa individual de responsabilidade limitada, pessoa jurídica trazida ao ordenamento jurídico brasileiro pela Lei n. 12.441, sancionada em 11 de julho de 2011.

A ideia do exercício da atividade econômica pelo comerciante individual, ao ter seu patrimônio pessoal protegido dos inúmeros riscos concernentes a tal atividade, representa a concretização de uma antiga exigência da classe empresarial brasileira. O estabelecimento de um patrimônio próprio para o comerciante individual tem a finalidade de reduzir o número de sociedades irregulares e fictícias, formalizando-as, bem como oportuniza aos pequenos empresários a limitação de sua responsabilidade.

Inicialmente, tratou-se sobre o conceito de pessoa jurídica, uma vez que a EIRELI foi elencada no artigo 44 do Código Civil Brasileiro, que diz respeito às pessoas jurídicas de direito privado. Ainda nessa parte do trabalho abordou-se a ideia do patrimônio separado a partir da atribuição de personalidade jurídica.

Em seguida, ao se debater o conceito de empresa, foram apresentados seus possíveis perfis e definições. Ainda foram suscitadas as definições de empresa em outros ramos do direito brasileiro, bem como a concepção de sociedade empresária.

Após essa etapa, o estudo aprofundou-se na análise da empresa individual de responsabilidade, englobando a necessidade de limitação da responsabilidade do comerciante individual. Ao fim deste trabalho acadêmico, debateu-se a personificação da empresa individual e a possibilidade, a partir da nova legislação, de se limitar a responsabilidade do empresário individual através da atribuição de um patrimônio separado.

Palavras-chave: Personalidade Jurídica, Limitação de Responsabilidade, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

ABSTRACT

This monography aims the study of the limited liability individual enterprise, which corresponds to a legal person brought to the Brazilian legal system by the Law 12.441, sanctioned in July 12, 2011.

The idea of developing an economical activity by the individual trader, as his personal asset is guarded from the inumerous risks that correspond to that enterprise, represents the satisfaction of the Brazilian entrepreneur class ancient demand. The stablishment of a special asset for the individual trader intends to diminish the vast number of shell and irregular companies, as it brings the opportunity to small entrepreneurs to limit their liability.

Firstly, the concept of legal personality was brought about, once the EIRELI was disclosed in the list of legal entities of private law. In this chapter, this monograph raised the idea of the ownership unbundling by the atribution of legal personality.

On the second stage of this study, as the concept of a company was debated, its many profiles and definitions were presented. The definitions of company in different branches of the Brazilian law were also discussed, as well the concept of company.

After that part, this academical work offered a deeper analysis of the limited liability individual company, encompassing the need to limit the liability of the sole trader. At the end, this monograph studied the personification of the individual trader from the grounds imposed by the new legislation, as well as the possibility of limiting such individual trader's liability through separate assets.

Keywords: Legal Personality, Limited Liability, Limited Liability Individual Company.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2.PERSONALIDADE JURÍDICA	4
2.1 ATRIBUIÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	4
2.2 O ARTIGO 44 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO E A NOVA PESSOA JURÍDICA PELA INCLUSÃO DO INCISO VI	9
2.3 SOCIEDADES EMPRESÁRIAS	14
3. DA EMPRESA E DO EMPRESÁRIO.....,	22
3.1 CONCEPÇÃO DE EMPRESA E APONTAMENTOS DOUTRINÁRIOS	23
3.2 EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E PERSONALIDADE JURÍDICA	28
3.3 DESTINAÇÃO DO PATRIMÔNIO SEPARADO À EMPRESA INDIVIDUAL COM VISTAS À LIMITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO EMPRESÁRIO	33
4. A EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA E SEUS REFLEXOS NO DIREITO BRASILEIRO	39
4.1 PERSONIFICAÇÃO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	41
4.2 LIMITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO COMERCIANTE INDIVIDUAL NOS MOLDES DA LEI N. 12.441/2011	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
LEGISLAÇÃO CONSULTADA	56

1. INTRODUÇÃO

Durante muitos anos a limitação da responsabilidade do comerciante no Brasil esteve ligada ao fato associativo, restringindo a exploração da atividade econômica organizada por somente um indivíduo. A legislação pátria não vislumbrava modalidades de separação de parte do patrimônio de uma única pessoa, fosse ela natural ou jurídica, para o exercício de determinada atividade empresarial. Igualmente, não eram encontradas formas de limitação da responsabilidade do empresário individual.

A praxe empresarial, no entanto, indica um sem número de empresas à margem das hipóteses de pessoa jurídica trazidas pelo Código Civil brasileiro, bem como de sociedades empresárias constituídas com o fito de terem viabilizado seu registro e que, porém, acabam por gerar algumas disfunções. O exemplo mais recorrente dessa anomalia refere-se às sociedades limitadas efetivamente formadas por dois sócios, mas cuja divisão do capital social demonstra uma concentração quase absoluta em apenas um deles, de modo que o outro tenha importância meramente virtual.

Por outro lado, a personalização da empresa no cenário estrangeiro já se mostrava bastante profícua, evidenciando o atraso do direito brasileiro em tratar de um fato difundido em nossa sociedade. Países como Chile¹, França² e Portugal³ já admitiam em seus ordenamentos a constituição de empresas individuais com responsabilidade limitada ou sociedades formadas apenas por uma pessoa, jurídica ou natural.

Em 11 de julho de 2011, contudo, o panorama brasileiro foi alterado pelo sancionamento pela Presidente da República da Lei n. 12.441, acrescentando o inciso VI ao artigo 44 do Código Civil, concernente ao rol taxativo das pessoas jurídicas de direito privado. O novo diploma legal veio a permitir a constituição da empresa individual de responsabilidade limitada (resumida pela sigla EIRELI), bem

¹ Lei n. 19.857/2003, que autoriza o estabelecimento de “empresas individuales de responsabilidad limitada”.

² Lei n. 85-697/1985, que cria a figura da “enterprise unipersonnelle à responsabilité limitée” (EURL).

³ Decreto-Lei n. 248/1986, que cria o estabelecimento mercantil individual de responsabilidade limitada (EIRL).

como inseriu o artigo 980-A, que, em seus seis parágrafos, dispõe sobre a forma da nova figura.

Proposta pelo Deputado Marcos Montes (MG), a novidade legislativa se seguiu a um longo clamor doutrinário no Brasil, muito por conta da já mencionada ausência de possibilidade de separação do patrimônio individual para a consecução da prática empresarial. Ressalte-se que o novo formato de pessoa jurídica não corresponde à sociedade unipessoal, que trata da nomenclatura desenvolvida pela doutrina para se referir à figura societária composta por apenas uma pessoa⁴.

No direito brasileiro há a possibilidade de uma sociedade ser formada por uma pessoa, conforme constante do artigo 251 da Lei das Sociedades Anônimas (lei n. 6.404/1976), que disciplina a subsidiária integral⁵. Ocorre, no entanto, que tal hipótese direciona-se às companhias e, por isso, não se adequa aos empresários individuais que buscam a proteção de seu patrimônio pelo viés da personificação da empresa, eis que são empregadores de poucos funcionários e geram baixo fluxo de capital.

Tendo como pano de fundo as alterações trazidas pela Lei n. 12.441/11, o presente estudo buscará em três etapas, evidenciar a limitação dos direitos e deveres do empresário individual. Serão discutidos diferentes temas que, ao final, contribuirão para a análise final acerca da nova lei.

Em primeiro lugar, o instituto trazido pela nova lei será analisado com vistas à outorga da personalidade jurídica pelo ordenamento, perpassando as diferenciações conceituais e perfis da empresa dentro do ordenamento jurídico brasileiro, alcançando seus aspectos formais.

Vale dizer: a mera personificação do comerciante individual seria insuficiente ao objetivo pretendido – formalização dos pequenos e médios empresários –, sendo que apenas distinguiria dois centros de imputação de direitos e deveres. Porém,

⁴ Atualmente, cabe informar, tramita no Senado o projeto de lei de autoria do Senador Paulo Bauer (SC), sob n. 96/2012, propondo a criação da sociedade limitada unipessoal, com algumas modificações no texto da Lei n. 12.441/11. Tal projeto, todavia, não comporá o objeto do presente estudo.

⁵ GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Manual das companhias ou sociedades anônimas**. Reformulação da obra Lições de Direito Societário II – Sociedade Anônima. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 301.

merece também atenção a questão relativa ao acervo patrimonial estipulado para responder pelas dívidas contraídas pela nova pessoa jurídica.

É preciso esclarecer desde já que o presente trabalho não se dedicará ao estudo da desconsideração da personalidade jurídica, haja vista a fragilidade da vontade de um único titular na formação da nova pessoa jurídica. O estudo, desta forma, traz um enfoque mais próximo aos benefícios que a figura da EIRELI acarreta do que as possibilidades legais de responsabilização do seu titular por eventuais dívidas contraídas no exercício da atividade empresarial.

Na segunda etapa, este estudo apreciará a formação de um patrimônio apartado, separado à nova pessoa jurídica, distinguindo-o daquele que é próprio da pessoa natural do comerciante individual. Faz-se necessário, desta maneira, discorrer acerca da transferência das obrigações do comerciante individual ao patrimônio da nova pessoa jurídica.

Após, no terceiro momento, a presente monografia procurará demonstrar a viabilidade da figura trazida pela novel legislação, perquirindo a aplicabilidade prática da empresa individual de responsabilidade limitada.

Visa-se, desta forma, cumprir a finalidade de oferecer incentivo econômico aos pequenos e médios empresários, formalizando as diversas sociedades empresárias que, no Brasil, recaíam em situações indesejadas por conta da impossibilidade de manutenção de uma pessoa jurídica voltada à atividade empresarial com um patrimônio apartado. Com tal escopo, a Lei n. 12.441/2011 veio a amparar uma antiga exigência da classe empresarial brasileira, que se via cada vez mais sem condições de limitar os riscos da atividade empresarial.

2. PERSONALIDADE JURÍDICA

A atribuição da personalidade jurídica será o primeiro objeto da análise deste trabalho, percorrendo seus requisitos impostos pelo ordenamento jurídico brasileiro e sua relevância quando observada a necessidade do estabelecimento de um patrimônio separado para o desenvolvimento da atividade empresarial pela pessoa jurídica.

Esta seção do trabalho não tem a pretensão de esgotar o tema, mas sim estabelecer algumas bases doutrinárias, pavimentando a construção lógica para as considerações ao final desta monografia.

2.1 ATRIBUIÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

A discussão acerca da personalidade jurídica, e como conceituá-la, encontra diversas controvérsias dentro da doutrina, não sendo possível encontrar uma definição unânime. De todo modo, faz-se necessário debater o fenômeno da personificação, uma vez que, ainda que o presente estudo não busque se aprofundar nas teorias que pautam as polêmicas dentro da temática da personalidade jurídica, ela está intimamente ligada à limitação da responsabilidade do empresário, como veremos adiante.

Apesar da compreensão da pessoa jurídica carecer de unanimidade entre os doutrinadores, das diferentes vertentes que tocam o tema merecem destaque os sistemas da ficção e da realidade, ainda que se baseiem em conjunturas histórico-sociais distintas⁶.

A primeira corrente, da ficção, estuda a pessoa jurídica como “um grupo de pessoas ou de bens, dotado de personalidade jurídica”⁷, alçando-a à condição de

⁶ ISFER, Edson. **Sociedades unipessoais e empresas individuais: responsabilidade limitada**. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 1996, p. 27.

⁷ AMARAL, Francisco. **Direito Civil: introdução**. 5ª ed. rev. atual. e aum. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 275.

sujeito de direito das relações jurídicas das quais vier a fazer parte⁸. Francisco AMARAL alerta para o fato de que, ao se reconhecer a individualidade própria ao grupo de pessoas e bens, evita-se enxergar tal união como a mera soma dos elementos que a compõem, o que aponta para uma organização própria da pessoa jurídica, para levar a cabo as finalidades a que se propõe⁹.

Neste sentido, AMARAL nota nas pessoas jurídicas, assim como nas pessoas físicas, dois elementos, quais sejam, o natural e o jurídico, de modo que o primeiro refere-se à gama de interesses que se dirigem à formação do novo ente jurídico, ao passo que o segundo, formal, importa no reconhecimento da pessoa pelo ordenamento jurídico com o preenchimento dos requisitos impostos pela lei¹⁰.

Na corrente que conceitua a pessoa jurídica como ficção verifica-se o relevo conferido à vontade do legislador, eis que a personalidade jurídica se desenvolve a partir da mera atividade legislativa visando à proteção de determinados direitos ou agrupamentos¹¹.

Por outro lado, o segundo sistema enxerga a pessoa jurídica como uma realidade para além da mera abstração, caracterizando-a como “um sujeito de direitos, real e certo”, a partir da concepção de Immanuel KANT de direito subjetivo¹²⁻¹³.

José Lamartine Correa de Oliveira integra a parte da doutrina que entende tal sistema como o mais correto. Ele sustenta que a pessoa jurídica, analogicamente, é realmente pessoa, compartilhando características fundamentais da pessoa humana, muito embora sejam distintas¹⁴.

Em sentido contrário ao sistema da ficção, LAMARTINE não vê na atividade legislativa um caráter constitutivo da personalidade jurídica, pelo qual ela outorgaria

⁸ Orlando Gomes nos ensina que as pessoas jurídicas “são entes formados pelo grupamento de homens, para fins determinados, que adquirem personalidade distintas de seus membros. Reconhece-lhes, a lei, a capacidade de terem direitos e contrair obrigações”. (GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998).

⁹ AMARAL, Francisco. **Direito Civil: introdução**, p. 284-285.

¹⁰ AMARAL, Francisco. *Idem*, p. 284.

¹¹ ISFER, Edson. **Sociedades unipessoais e empresas individuais: responsabilidade limitada**, p. 27.

¹² ISFER, Edson. *Idem*, p. 28.

¹³ CRISTIANO, Romano. **Personificação da empresa**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1982, p. 34-38.

¹⁴ CORREA DE OLIVEIRA, J. Lamartine. **Conceito de pessoa jurídica**. Curitiba, 1962, p. 164.

a personalidade jurídica ao simplesmente estabelecer quais entes correspondem a uma pessoa jurídica. A legislação assumiria uma condição declaratória, portanto, eis que a personalidade exige a percepção de uma realidade prévia, haja vista os limites ontológicos, estruturais e materiais a serem respeitados¹⁵.

Para LAMARTINE, seria necessário, portanto, dentro das limitações ontológicas e estruturais, o preenchimento de requisitos formais constantes do texto legal para que então o Estado atribua personalidade jurídica a um determinado ente. No que tange ao conteúdo, a pessoa jurídica deve trazer objeto e finalidade lícitos¹⁶, apontando para elementos que transcendem a vontade arbitrária do legislador.

Além das duas vertentes apresentadas, é interessante trazer à baila o pensamento de Hans KELSEN acerca da pessoa jurídica, sempre aliado à ideia de corporação, a qual corresponde a

[U]ma comunidade de indivíduos a que a ordem jurídica impõe deveres e confere direitos subjetivos que não podem ser vistos como deveres ou direitos dos indivíduos que formam esta corporação como seus membros, mas competem a esta mesma corporação¹⁷.

Por tal definição, pode-se perceber que o exercício dos direitos e deveres da pessoa jurídica será levado a cabo por indivíduos, imbuídos de funções previamente estabelecidas numa ordem normativa própria à pessoa jurídica. A essa ordem dá-se o nome de estatuto, em que as funções de cada indivíduo que compõe a pessoa jurídica estarão descritas, tratando-se, deste modo, de “uma comunicação por intermédio do ordenamento jurídico parcial, de obrigação e autorização, para os indivíduos”¹⁸.

Das lições de KELSEN, Fabio Konder COMPARATO lembra a noção de que “sujeito de um dever jurídico é o indivíduo que, pelo seu comportamento, pode provocar ou evitar a sanção, o seja, o indivíduo que pode cometer ou deixar de

¹⁵ CORREA DE OLIVEIRA, J. Lamartine. **Conceito de pessoa jurídica**, p. 168.

¹⁶ CORREA DE OLIVEIRA, J. Lamartine. *Idem*, p. 168-169.

¹⁷ KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 2. ed. brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 1987, p. 187.

¹⁸ KELSEN, Hans. *Idem*, p. 188.

cometer um ilícito”¹⁹. A interpretação feita a partir dessa compreensão é a de que os direitos, por serem reflexo de um dever jurídico, estão ligados ao indivíduo que compõe a pessoa jurídica, mas não a ela própria, pois ela “nada mais é do que o ponto de referência de um conjunto de normas jurídicas”²⁰.

Nesse diapasão, tal interpretação dos ensinamentos kelsenianos acarreta a possibilidade de limitação da responsabilidade dos indivíduos sob o guarda-chuva da instituição, tendo em vista estarem agindo em nome dela e não em interesse próprio. Essa afirmação passa pela alegoria de que a corporação é composta por diversos órgãos que levam a cabo diferentes funções. Para Comparato, “o que, na verdade, se quer dizer com essa metáfora é que a função exercida por certos indivíduos pode ser atribuída à comunidade”²¹.

Traçado esse rápido panorama evidenciando a pluralidade de conceitos da pessoa jurídica, cumpre tratar da classificação trazida pelo Código Civil de 2002, dividindo as pessoas jurídicas entre aquelas de direito público e aquelas de direito privado, dentro das quais foi incluída a figura da empresa individual de responsabilidade limitada, acrescida pela Lei n. 12.441/2011.

A legislação civil trata das pessoas jurídicas a partir do artigo 40 do *Codex* mencionado acima²², promovendo desde cedo a divisão a que se referiu no parágrafo anterior. As pessoas jurídicas de direito público se repartem entre pessoas jurídicas de direito público externo²³ e pessoas jurídicas de direito público interno²⁴, ao passo que as pessoas jurídicas de direito privado se subdividem em associações, sociedades, fundações, organizações religiosas, partidos políticos e, a partir da edição da Lei n. 12.441/2011, as empresas individuais de responsabilidade limitada²⁵.

¹⁹ COMPARATO, Fabio Konder. **O poder de controle na sociedade anônima**. 3. ed. rev. atual. e cor. Rio de Janeiro: Forense, 1983, p. 264.

²⁰ COMPARATO, Fabio Konder. *Idem*, p.263.

²¹ COMPARATO, Fabio Konder. *Idem*, p. 265.

²² Art. 40: “As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado”.

²³ Art. 42: “São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público”.

²⁴ Art. 41: “São pessoas jurídicas de direito público interno: I - a União; II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios; III - os Municípios; IV - as autarquias; IV - as autarquias, inclusive as associações públicas; V - as demais entidades de caráter público criadas por lei”.

²⁵ Art. 44: “São pessoas jurídicas de direito privado: I - as associações; II - as sociedades; III - as fundações; IV - as organizações religiosas; V - os partidos políticos; VI - as empresas individuais de responsabilidade limitada”.

No tocante às pessoas jurídicas de direito público externo, Francisco AMARAL afirma que condizem a tal classificação os Estados da comunidade internacional e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público, a exemplo da Santa Sé e das organizações internacionais (ONU, FMI, OMC etc.), enquanto as pessoas jurídicas de direito público interno conformam a estruturação interna do Estado brasileiro²⁶. Em nosso ordenamento jurídico, a forma federativa de Estado implica a personalização de entes como a União, os estados membros, municípios, Distrito Federal e territórios²⁷.

Cabe ainda tecer algumas considerações acerca das pessoas jurídicas que exercem funções públicas internas, como as autarquias e fundações públicas, visto que o regime a que se submetem pode parecer confuso à primeira vista. A definição acerca da classificação de pessoa jurídica a que essas figuras pertencem se dá pelo escólio de Celso Antônio BANDEIRA DE MELLO, para quem importa verificar o regime jurídico imposto pela lei.

Para o administrativista,

Saber-se se uma pessoa criada pelo Estado é de Direito Privado ou de Direito Público é meramente uma questão de examinar o regime jurídico estabelecido na lei que a criou. Se lhe atribuiu a titularidade de poderes públicos, e não meramente o exercício deles, e disciplinou-a de maneira a que suas relações sejam regidas pelo Direito Público, a pessoa será de Direito Público, ainda que se lhe atribua outra qualificação. Na situação inversa, a pessoa será de Direito Privado, mesmo inadequadamente nominada²⁸.

Pela iterativa lição de BANDEIRA DE MELLO, as autarquias e as fundações públicas são pessoas jurídicas de direito público, eis que disciplinadas legalmente por um regime jurídico de direito público. Por outro lado, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ainda que também estejam incumbidas de funções públicas, submetem-se ao regime jurídico privatístico, haja vista a condição de

²⁶ AMARAL, Francisco. **Direito Civil: introdução**, p. 286.

²⁷ GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 171.

²⁸ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 18. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005, p. 170.

igualdade em que o Estado se vê perante o particular quando presente na relação jurídica por essas pessoas jurídicas²⁹.

Quanto às pessoas jurídicas de direito privado, o artigo 44 do Código Civil englobava as associações, sociedades, fundações, organizações religiosas e os partidos políticos. Contudo, a Lei n. 12.441/2011 adicionou o inciso VI, trazendo à legislação civil brasileira a empresa individual de responsabilidade limitada.

Após esta breve incursão na tratativa da personalidade jurídica pela doutrina brasileira, a presente monografia estudará mais detidamente as pessoas jurídicas de direito privado trazidas pelo artigo supracitado, dando especial atenção à nova figura da EIRELI.

2.2 O ARTIGO 44 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO E A NOVA PESSOA JURÍDICA PELA INCLUSÃO DO INCISO VI

Este item do trabalho tem o fito de descrever com maior precisão as pessoas jurídicas de direito privado na legislação civil brasileira, com o olhar atento principalmente à inclusão da EIRELI nesse rol. Ocorre, no entanto, que interessa tecer algumas considerações no que diz respeito à constituição da pessoa jurídica antes de se discutir propriamente as figuras elencadas no artigo 44 do Código Civil Brasileiro.

Sobre essa questão, Francisco AMARAL preleciona que as técnicas de personificação são diferentes entre as pessoas jurídicas de direito público e aquelas regidas pelo direito privado, sendo que “no primeiro caso, ela resulta da lei ou de ato administrativo. Rege-a o direito público, não o Código Civil. No segundo, exige-se o ato constitutivo e o respectivo registro”³⁰.

O primeiro elemento concerne à declaração de vontade emitida pelo indivíduo ou pelos indivíduos que participam da constituição e do funcionamento da nova

²⁹ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**, p. 180

³⁰ AMARAL, Francisco. **Direito Civil: introdução**, p. 296.

pessoa jurídica, ao passo que o segundo consiste “na inscrição do ato constitutivo no Registro público competente”³¹.

Feita essa exposição preliminar, o presente trabalho passa a analisar rapidamente as figuras constantes do rol de pessoas jurídicas de direito privado no artigo 44 do Código Civil para, em seguida, tratar do conceito de empresa, bem como seu tratamento pelo ordenamento jurídico pátrio.

Como se sabe, o rol de pessoas jurídicas de direito privado compreende as associações, fundações, sociedades, partidos políticos, organizações religiosas e as empresas individuais de responsabilidade limitada.

Em primeiro lugar, é lícito afirmar que as associações tem suas raízes na liberdade de associação para fins lícitos, garantida na Constituição Federal pelo seu artigo 5º, inciso XVII³². Sua disciplina se dá pelo Livro II da Parte Especial do Código Civil, a partir do artigo 53³³, caracterizando-se pelo seu aspecto eminentemente pessoal, organizando-se por uma ordem normativa contida em seu estatuto³⁴. Ressalte-se que nas associações a reunião de pessoas não se dá em virtude do exercício da atividade econômica, ao contrário das sociedades.

Previstas no artigo 62 da legislação civil, as fundações não correspondem a uma aglomeração de pessoas naturais, mas sim a um patrimônio que é imbuído de uma finalidade social. Francisco Amaral esclarece que é a essa dotação patrimonial que a lei outorga a personalidade jurídica. Ressalte-se que, mesmo quando é o Estado aquele que institui uma fundação, esta mantém sua natureza privada³⁵.

No que diz respeito às organizações religiosas e aos partidos políticos – que também configuram tipos de associação –, tem-se que ambos foram incluídos na lista do artigo 44 pela Lei n. 10.825/2003. No tocante às primeiras, o parágrafo

³¹ AMARAL, Francisco, **Direito Civil: introdução**, p. 296-297.

³² Art. 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar”.

³³ Art. 53: “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. Parágrafo único. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos”.

³⁴ AMARAL, Francisco. Obra citada, p. 289-290.

³⁵ Cabe ressaltar aqui que a assertiva quanto ao caráter público ou privado da fundação corresponde ao pensamento exclusivo do referido autor, trazida ao presente estudo a título de ilustração teórica (AMARAL, Francisco. Obra citada, p. 294).

primeiro do mencionado dispositivo garante a liberdade de sua criação e funcionamento, sendo defesa a interferência estatal³⁶. Quanto aos partidos políticos, sua organização e funcionamento são regidos por lei específica, qual seja, a Lei n. 9.096/1995, trazendo em seu artigo 2º a liberdade de criação dos partidos³⁷.

À parte dessa rápida exposição das figuras de pessoa jurídica de direito privado elencadas no artigo 44 do Código Civil, interessa também, ainda que brevemente, dar atenção ao fato de que tradicionalmente no direito brasileiro a atribuição de personalidade jurídica vem atrelada ao fato associativo. Tal panorama foi alterado em 2011, como se sabe, pela promulgação da Lei n. 12.441, haja vista a inclusão da EIRELI no rol do artigo mencionado acima.

Sobre essa característica associativa referente às pessoas jurídicas, Caio Mario da Silva PEREIRA aduz que

O sentimento gregário do homem permite afirmar que a associação é inerente à sua natureza, corrigindo-lhe as fraquezas e suprimindo a com sua continuidade a brevidade da vida. O espírito criador engendra então entidades coletivas, resultantes de um agregado de pessoa ou de um acervo de bens, por via dos quais logra a obtenção de resultados mais positivos e mais amplos do que consegue o esforço individual isolado³⁸.

Foi com essa união de esforços em torno de um objetivo comum que a pessoa jurídica esteve frequentemente relacionada a um ente coletivo, até o advento da empresa individual de responsabilidade limitada no ordenamento jurídico brasileiro.

Tal medida, conforme se extrai da lição de Caio Mário da Silva PEREIRA, visa em certa medida à superação de dificuldades que seriam insuportáveis pela ação individual. Além disso, não bastaria a mera soma dos indivíduos componentes de

³⁶ Art. 44: São pessoas jurídicas de direito privado: IV - as organizações religiosas. Parágrafo 1º: São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento”.

³⁷ Art. 2º da Lei n. 9.096/1995: “É livre a criação, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos cujos programas respeitem a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, e os direitos fundamentais da pessoa humana”.

³⁸ PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**, vol. I. 21ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 255.

uma nova pessoa jurídica, mas é preciso observar a atuação em nome próprio dessa aglomeração de diferentes pessoas, que é levada a cabo pela personificação.

Segue esse sentido o pensamento de Orlando GOMES, ao afirmar que

O fenômeno da personalização de certos grupos sociais é contingência inevitável do fato associativo. Para a realização de fins comuns, isto é, de objetivos que interessam a vários indivíduos, unem eles seus esforços e haveres, numa palavra, associam-se. A realização do fim para que se uniram se dificultaria extremamente, ou seria impossível, se a atividade conjunta somente se permitisse pela soma, constante e iterativa, de ações individuais. Surge, assim, a necessidade de personalizar o grupo, para que possam proceder como uma unidade, participando do comércio jurídico com individualidade, tanto mais necessária quanto a associação, via de regra, exige a formação de patrimônio comum instituído pela afetação dos bens particulares dos seus componentes. Esta individualização só se efetiva se a ordem jurídica atribui personalidade ao grupo, permitindo que atue em nome próprio, com capacidade jurídica igual à das pessoas naturais³⁹.

A partir dessas lições, verifica-se que a técnica jurídica da atribuição de personalidade, pelo legislador, a um agrupamento de indivíduos, superando obstáculos intransponíveis à mera ação individual, permite alcançar finalidades específicas, unindo esforços e recursos.

A finalidade da pessoa jurídica assume especial importância no que diz respeito à atividade econômica, pela qual se busca o lucro. É esse fim que diferencia as sociedades das associações. Estas não apresentam vocação lucrativa, conforme dispõe o artigo 53 do Código Civil Brasileiro⁴⁰. As sociedades, por seu turno visam a uma finalidade econômica⁴¹. Ainda que o tópico seguinte deste trabalho acadêmico trate mais pormenorizadamente das sociedades – notadamente aquelas organizadas para a atividade empresarial –, cumpre no presente momento destacar que elas também estiveram historicamente vinculadas ao fato associativo.

Isso se comprova pela redação do título XV do Código Comercial de 1850, que previa a existência de uma pluralidade de indivíduos no quadro social para a composição das sociedades comerciais. Como se percebe, portanto, a atividade

³⁹ GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**, p. 167.

⁴⁰ Art. 53: “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”.

⁴¹ PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**, vol. I, p. 300.

com finalidade econômica se desenvolvia tão somente por pessoas jurídicas que assumiam a forma societária, correspondente a um ente coletivo.

Na mesma toada trazia o Código Civil de 1916, em seu artigo 16, inciso II⁴², as sociedades mercantis como pessoas jurídicas de direito privado. Atualmente, o Código Civil prevê em seu artigo 981⁴³ a comunhão de desígnios de uma pluralidade de pessoas, unindo, no mínimo, duas pessoas, tendo em vista se tratar de um acordo de vontades.

Conforme se observa desses exemplos, o legislador brasileiro sempre optou por atribuir personalidade jurídica a entes coletivos. Ainda que o ordenamento jurídico brasileiro apresente figuras que apontam para a unipessoalidade originária, elas decorrem de outras pessoas jurídicas que são compostas por uma pluralidade de indivíduos. Isso se verifica na empresa pública e na subsidiária integral.

A primeira, da qual o Estado detém o controle, está prevista no artigo 5º do Decreto-Lei n. 200⁴⁴, cuja redação foi conferida pelo Decreto-Lei n. 900. A empresa pública dispõe de patrimônio próprio e contam com capital exclusivamente público, haja vista seu controle estatal⁴⁵. A segunda, por sua vez, está prevista no artigo 251 da Lei n. 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas)⁴⁶ e diz respeito à companhia que tem como único acionista, detentor do capital social, uma outra sociedade brasileira.

Nota-se, desta maneira, que ambos os exemplos carreados acima apontam para a constituição de pessoas jurídicas que decorrem de outros entes coletivos, de modo que a unipessoalidade originária no direito brasileiro não se dava de forma completa. E é justamente por ter o legislador brasileiro sempre vinculado as pessoas jurídicas de nosso ordenamento ao fato associativo que a Lei n. 12.441/2011 trouxe

⁴² Art. 16: "São pessoas jurídicas de direito privado: II - as sociedades mercantis".

⁴³ Art. 981: "Celebaram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados".

⁴⁴ Art. 5º: "II - Empresa Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

⁴⁵ Ressalte-se que Celso Antônio BANDEIRA DE MELLO lembra que não há unanimidade na doutrina quanto à definição de empresa pública. (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**, pp. 173-174).

⁴⁶ Art. 251: "A companhia pode ser constituída, mediante escritura pública, tendo como único acionista sociedade brasileira".

uma mudança de perspectiva ao personificar a empresa. Ainda que se estude nos capítulos adiante a outorga da personalidade jurídica à empresa individual, insta frisar desde logo que a nova figura legislativa traduz um ente personificado.

Tal foi o entendimento alcançado pela reunião de vários estudiosos do direito empresarial pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal na I Jornada de Direito Comercial, realizada no ano de 2012. Desse encontro interessa o 3º enunciado, segundo o qual “a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI não é sociedade unipessoal, mas um novo ente, distinto da pessoa do empresário e da sociedade empresária”.

Essa orientação indica que, portanto, o legislador, ao contrário da tradição adotada pelo direito brasileiro, optou por conferir personalidade jurídica a um ente não coletivo, incluindo, assim, o inciso VI no artigo 44 do Código Civil. Tal dispositivo instituiu as empresas individuais de responsabilidade limitada, que constituem o objeto de estudo deste trabalho acadêmico. As peculiaridades da nova figura legislativa serão discutidas adiante, a fim de desenvolvê-las adequadamente.

2.3 SOCIEDADES EMPRESÁRIAS

Inicialmente, faz-se necessário esclarecer o propósito de se dedicar um item especial às sociedades (em especial aquelas sociedades cujo objeto é inerente à atividade empresarial), enquanto as outras pessoas jurídicas de direito privado foram abordadas *en passant*.

Compete ressaltar, neste momento, que o tratamento dado à figura da sociedade nesta parte do trabalho, quando comparado às outras pessoas jurídicas de direito privado aqui comentadas, revela maior extensão e profundidade em razão do interesse e da importância que o tema assume na compreensão do direito empresarial, bem como do objeto da presente monografia.

É que o tratamento diferenciado se dá muito em virtude da condição subjetiva que conforma a natureza das sociedades, condição essa assumida também pela

empresa individual de responsabilidade limitada pelo advento da Lei n. 12.441/2011. A análise da personificação da empresa, porém, dar-se-á posteriormente.

As sociedades são constituídas por pessoas que reúnem bens ou serviços com vistas ao exercício da atividade econômica, tendo como finalidade a partilha de resultados, demonstrando natureza lucrativa. Seu escopo é, portanto, negocial. Vale dizer: a partir da personalidade jurídica conferida pelo ordenamento jurídico à sociedade⁴⁷, os direitos e deveres passam a ser titularizados pela própria sociedade, como já explanado anteriormente.

As disposições a seu respeito encontram-se no artigo 981 e seguintes do Código Civil, dividindo-se em simples e empresárias⁴⁸.

Fábio Ulhoa COELHO frisa que a distinção entre as sociedades simples e as sociedades empresárias não se dá, no entanto, por sua finalidade, ou seja, pela busca do lucro. Em verdade, a diferença reside no modo de exploração do objeto. Ademais, é interessante lembrar que essa visão encontra guarida na legislação civil brasileira, no artigo 982 do Código Civil⁴⁹.

O autor explica seu entendimento da seguinte maneira:

O que irá de verdade, caracterizar a pessoa jurídica de direito privado não estatal como sociedade simples ou empresária será o modo de explorar seu objeto. O objeto social explorado sem empresarialidade (isto é, sem profissionalmente organizar os fatores de produção) confere à sociedade o caráter de simples, enquanto a exploração empresarial do objeto social caracterizará a sociedade como empresária⁵⁰.

Segue o mesmo compasso o entendimento de Alfredo de Assis GONÇALVES NETO. Observando a necessidade de verificar se a atividade econômica a que se propõe a sociedade está ou não excluída do conceito de empresário, levando-se em

⁴⁷ Não se esqueça, porém, que nem toda sociedade condiz com uma pessoa jurídica, sendo que o inverso desta afirmação também se revela verdadeiro, consoante a lição de Edson ISFER de que “pode-se afirmar, sem medo de errar, que nem toda sociedade é pessoa jurídica, bem como que nem toda pessoa jurídica é sociedade”. (ISFER, Edson. **Sociedades unipessoais e empresas individuais: responsabilidade limitada**, p. 38).

⁴⁸ AMARAL, Francisco. **Direito Civil: introdução**, p. 292.

⁴⁹ Art. 982: “Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro (art. 967); e, simples, as demais”.

⁵⁰ COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 111.

conta o dispositivo dos artigos 966, parágrafo único, e 971⁵¹, do Código Civil, o autor aponta que “será empresária toda a sociedade que não tiver por objeto atividade que seja própria de sociedade simples”⁵².

Ao procurar um conceito para a sociedade, GONÇALVES NETO sustenta novamente a relevância do fim econômico a ser perseguido por esta figura de pessoa jurídica de direito privado. Conclui, portanto, que a “sociedade é a organização resultante de um negócio jurídico produzido pela formação da vontade de uma ou várias pessoas, para se interpor nas relações entre elas e terceiros, que o ordenamento chancela como modo de preencher uma determinada função – qual seja, a de facilitar a prática de atos ou negócios jurídicos voltados à realização de certos fins econômicos por elas pretendido”⁵³.

Uma vez personificada, a sociedade apresenta autonomia patrimonial, eis que seus bens não se confundem com os de seus sócios. Estes, por sua vez, transferem à sociedade os bens que formarão o capital social, que indica um patrimônio inicial. Sobre o capital inicial, Rubens REQUIÃO o define como “a soma representativa das contribuições dos sócios”⁵⁴.

A integralização do capital social – que terá seu valor nominal expresso no ato constitutivo da sociedade empresária –, na lição do autor, indica o patrimônio inicial que servirá de referência para a divisão dos resultados da atividade empreendida.

Em suas palavras:

⁵¹ Art. 966: “Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa”.

Art. 971: “O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode, observadas as formalidades de que tratam o art. 968 e seus parágrafos, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro”.

⁵² GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa: comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil**. 2. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 123.

⁵³ GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Lições de direito societário: regime vigente e inovações do novo Código Civil**. 2. ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004, p. 9.

⁵⁴ REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. v. 1. 29. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 453.

Pode-se dizer que o capital constitui o patrimônio inicial da sociedade comercial. Após o início das atividades, o capital permanece *nominal*, expresso na soma declarada no contrato, ao passo que o patrimônio social – ou *fundo social* – tende a *crescer*, se a sociedade for próspera, ou a *diminuir*, se tiver insucesso. Esse patrimônio é que gera, em última análise, o lucro, que é periodicamente dividido entre os sócios⁵⁵.

Para além do contrato social, insta analisar o ato constitutivo da sociedade empresária, que deve representar a vontade humana da criação do ente societário. Por se tratar o ato constitutivo de ato jurídico, sujeitando-se à disciplina do artigo 104 do Código Civil⁵⁶, necessário é o preenchimento de determinados requisitos de validade para a sociedade criada, quais sejam, agente capaz, forma legal e objeto lícito⁵⁷.

Alfredo de Assis GONÇALVES NETO leciona que, no que diz respeito à capacidade das partes, os sócios da sociedade limitada devem gozar de sua capacidade civil plena. Quanto à forma, deve ela estar prescrita em lei, levando-se em conta as exigências do artigo 997 do Código Civil⁵⁸. Em se tratando do objeto social, “deve figurar de modo claro no instrumento de constituição da sociedade e consistirá na realização de uma atividade lícita, isto é, não vedada por lei”⁵⁹.

Para além dos requisitos genéricos de validade, o ato constitutivo da sociedade empresária exige, de forma específica, a contribuição de todos os sócios para a formação do capital social, bem como a participação de todos eles nos resultados, sejam eles positivos ou negativos. À distribuição dos lucros entre os sócios, contudo, não se impõe a igualdade nem a desproporcionalidade em relação

⁵⁵ REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. v. 1, p. 454.

⁵⁶ Art. 104: “A validade do negócio jurídico requer: I - agente capaz; II - objeto lícito, possível, determinado ou determinável; III - forma prescrita ou não defesa em lei”.

⁵⁷ GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa: comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil**, p. 115.

⁵⁸ Art. 997: “A sociedade constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público, que, além de cláusulas estipuladas pelas partes, mencionará: I - nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência dos sócios, se pessoas naturais, e a firma ou a denominação, nacionalidade e sede dos sócios, se jurídicas; II - denominação, objeto, sede e prazo da sociedade; III - capital da sociedade, expresso em moeda corrente, podendo compreender qualquer espécie de bens, suscetíveis de avaliação pecuniária; IV - a quota de cada sócio no capital social, e o modo de realizá-la; V - as prestações a que se obriga o sócio, cuja contribuição consista em serviços; VI - as pessoas naturais incumbidas da administração da sociedade, e seus poderes e atribuições; VII - a participação de cada sócio nos lucros e nas perdas; VIII - se os sócios respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais”.

⁵⁹ O autor lembra ainda que a tratativa legal do objeto social homenageia o princípio da livre iniciativa, inscrito no artigo 170, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988. (GONÇALVES NETO. Obra citada, p. 116).

ao capital social; “a vedação, com efeito, recai sobre a exclusão de sócio da distribuição dos lucros”⁶⁰.

Fábio Ulhoa COELHO menciona ainda dois pressupostos fáticos de existência, que correspondem à *affectio societatis* e à pluralidade de sócios. Como não poderia ser diferente, a ausência de tais pressupostos implica a inexistência da sociedade comercial, e não sua invalidade. Esta, por sua vez, somente se dá em razão da falta de um dos requisitos de validade, evidentemente.

De todo modo, diz respeito a *affectio societatis* ao ânimo “que toda pessoa manifesta ao ingressar em uma sociedade comercial, de lucrar ou suportar prejuízo em decorrência do negócio comum”⁶¹. Por seu turno, a pluralidade de sócios, enquanto pressuposto de existência da sociedade empresária, “decorre da inexistência, no direito brasileiro, da sociedade unipessoal – salvo duas exceções: a subsidiária integral e a unipessoalidade incidental temporária”⁶².

Por fim, cumpre expor as diferentes e controversas teorias que buscam explicar a constituição das sociedades empresárias. Com o intuito de descrevê-las de forma didática, o professor Rubens REQUIÃO elencou dois grupos: a) teorias anticontratualistas, dentro das quais se destacam a i) teoria do ato corporativo, do ato de fundação ou do ato de união e ii) teoria da instituição; e b) teorias contratualistas.

Antes de descrevê-las em minúcias, fica a ressalva de que, por partirem de perspectivas distintas, as diversas teorias acerca da forma de constituição da sociedade empresária não logram em prover de maneira irrefutável uma definição completa de seu regime jurídico. Com esse lembrete em mente, passa-se à apreciação das correntes doutrinárias.

a) As teorias anticontratualistas, que carecem de harmonia entre si, dividem-se entre aquelas que estabelecem a formação da sociedade por um *ato complexo* e aquelas que o fazem por meio de um *ato coletivo*. Nas primeiras, as vontades dos

⁶⁰ COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa**, p. 132.

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² Conforme melhor explorado nos capítulos adiante, a promulgação da Lei n. 12.441/2011, ao permitir em seu artigo 980-A, parágrafo 3º, a reconversão das sociedades unipessoais incidentais e das sociedades fictícias em empresa individual de responsabilidade limitada, trouxe benefícios ao exercício individual da atividade empresarial. (*Idem*, p. 133).

indivíduos componentes da sociedade se fundiriam numa só, de modo a perder sua individualidade, restando uma vontade unitária. Pela ótica do segundo grupo, o *ato coletivo* compreenderia uma união das vontades individuais, que se distinguiriam umas das outras internamente⁶³.

Requião discorda dessa corrente ao afirmar que ela passa ao largo da dialética existente na internalidade da sociedade, no que se refere aos interesses individuais dos sócios, que nem sempre são harmônicos. As vontades individuais, com o tempo, se antagônicas, podem inclusive “pôr em risco a vida social, quando não levam a sociedade efetivamente à dissolução, que é a morte do ser coletivo”⁶⁴.

i) Para a teoria do ato corporativo, adotada por Otto VON GIERKE, “as diferentes declarações dos sócios não têm existência e valor jurídico autônomos, antes se unificam em uma única declaração de vontade – o ato corporativo – de que são elementos”⁶⁵. Esta corrente entende que do contrato social nascem direitos e obrigações somente para as partes, não criando, contudo, um novo ser, uma nova pessoa jurídica.

O comercialista Rubens REQUIÃO rechaça essa teoria por conta de que a personalidade jurídica advém da lei, e não do contrato, de modo que não bastaria a declaração de vontade referente ao ato corporativo. Restaria desamparada a sociedade empresária de personalidade jurídica, portanto⁶⁶.

ii) A teoria institucionalista, elaborada em grande parte por Maurice HAURIOU, baseia-se nas instituições de direito público para explicar no direito comercial a constituição da sociedade por ações. A definição de instituição se dá por “uma organização social, estável em relação à ordem geral das coisas, cuja permanência é assegurada por um equilíbrio de forças ou por uma separação de poderes, e que constitui, por si mesma, um estado de direito”⁶⁷.

Esta teoria é criticada, todavia, no que diz respeito à inaptidão para descrever a natureza jurídica das demais sociedades comerciais (que não a sociedade por ações), uma vez que a instituição não se submete à execução de atos e obrigações

⁶³ REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. v. 1, p. 429.

⁶⁴ REQUIÃO, Rubens. *Idem*, p. 430.

⁶⁵ REQUIÃO, Rubens. *Idem*, pp. 430-431.

⁶⁶ REQUIÃO, Rubens. *Idem*, p. 431.

⁶⁷ *Ibidem*.

que deveriam ser cumpridos por uma de suas partes, ao contrário do que se verifica nas sociedades formadas a partir de um contrato⁶⁸.

b) Este grupo teórico, abraçado pela legislação civil brasileira (ainda que o legislador não tenha especificado a que tipo de contrato ela se filia), parte, logicamente, da noção de contrato para constituir a sociedade empresária. Evidenciam-se duas vertentes nas teorias contratuálistas: a do contrato bilateral e a do contrato plurilateral. A primeira, rechaçada por Rubens REQUIÃO, entende a sociedade como sendo formada por duas partes.

A ideia de contrato plurilateral, decorrente em larga medida dos estudos do professor italiano Tullio ASCARELLI, apresenta a possibilidade de adesão de várias partes, podendo restar indeterminado o número de indivíduos que compõem a sociedade. É justamente esta corrente da doutrina que Rubens REQUIÃO segue, reconhecendo direitos e obrigações a todas as partes para com todas elas dentro da sociedade, e não uma para com a outra⁶⁹.

A crítica à teoria do contrato bilateral fica por conta de que, caso haja a impossibilidade do cumprimento da obrigação por uma das partes, incorre-se na nulidade ou resolução do contrato. Por outro lado, “no contrato plurilateral atinge só e unicamente a adesão da parte, permanecendo o contrato em relação às outras, se seu objetivo continuar a ser viável”⁷⁰.

Em se tratando dessas diferentes correntes teóricas que se dispõem a explicar a constituição da sociedade empresária – em especial daquelas que elegem o contratuálisto e o institucionalismo como ideais –, Calixto SALOMÃO FILHO sustenta que o ordenamento jurídico brasileiro demonstra os resultados da convivência conjunta⁷¹.

Para esse autor, a principiologia contratuálista encontra-se bem difundida no sistema societário brasileiro, de modo que o Código Civil de 2002 prevê, em seu

⁶⁸ REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. v. 1, p. 432.

⁶⁹ REQUIÃO, Rubens. *Idem*, p. 433.

⁷⁰ REQUIÃO, Rubens. *Idem*, p. 434.

⁷¹ SALOMÃO FILHO, Calixto. **O novo direito societário**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006, p. 36.

artigo 981⁷², “todos os traços da doutrina contratualista tradicional: a pluralidade de pessoas, concentradas em torno de uma atividade econômica (e não da criação de uma forma organizativa) e a reciprocidade de obrigações entre os sócios, que se obrigam entre si e não com relação à sociedade”⁷³.

Quanto à influência do institucionalismo, Calixto SALOMÃO FILHO assevera que com o advento da Lei n. 6.494/1976 (a Lei das Sociedades Anônimas), “procurou-se criar um sistema de proteção das minorias acionárias, baseado, entre outras coisas, na institucionalização dos poderes e deveres do sócio controlador e dos administradores”⁷⁴.

Após essa breve descrição de como surge a sociedade empresária, esta monografia se dedica, no capítulo seguinte, a contemplar as noções de empresa, objetivando delinear seu conceito, bem assim identificar a viabilidade de sua personificação no ordenamento jurídico brasileiro.

Tais reflexões recebem considerável espaço neste trabalho acadêmico por representarem grande relevância na análise da forma de empresa individual de responsabilidade trazida pela Lei n. 12.441/2011.

⁷² Art. 981: “Celebaram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados”.

⁷³ SALOMÃO FILHO, Calixto. **O novo direito societário**, p. 36.

⁷⁴ SALOMÃO FILHO, Calixto. *Idem*, p. 37.

3. DA EMPRESA E DO EMPRESÁRIO

Este capítulo trata da possibilidade de atribuição da personalidade jurídica à empresa, levando em conta as discussões feitas nos itens anteriores desta monografia. Antes de adentrar propriamente o tema da personificação da empresa, todavia, é preciso efetuar algumas ponderações acerca do que é a empresa, os significados que tal termo assume, bem como quais são suas características e seus perfis.

A diferenciação se revela necessária a partir da constatação que a expressão *empresa* é utilizada em seu sentido não técnico, o que leva a gerar uma confusão com a sociedade ou com o empresário. Por conta disso, a análise feita a seguir leva em consideração a acepção do termo *empresa* dentre os diversos ramos do direito.

De modo preliminar, cabe, ainda, recordar a mudança sofrida pelo direito comercial no último século, deixando de ter como objeto de seu estudo os atos de comércio, observados isoladamente, para avaliar a atividade empresarial em sua forma dinâmica, desenvolvida continuamente. É nesse diapasão que se dá a superação da teoria dos atos do comércio pela teoria da empresa⁷⁵.

A mudança de curso no foco do estudo dos comercialistas é notória, sendo que, no escólio de Alfredo de Assis GONÇALVES NETO, “com o Código Civil de 2002, o empresário passa a ser a figura central do direito de empresa. O critério é invertido: antes, submetia-se ao regime especial do direito comercial só quem praticava atos que a lei indicava; no regime atual a regra é estar o empresário submetido ao direito de empresa, salvo se a lei o excluir”⁷⁶.

Convém lembrar também que o estudo das acepções da expressão *empresa* não se restringe à dogmática do direito empresarial, devendo, por motivos de ordem prática, estar atento à interpretação que os outros ramos do Direito fazem do referido termo.

⁷⁵ COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa.**, p. 8.

⁷⁶ GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa: comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil**, p. 69.

Com base nessas premissas, o presente trabalho acadêmico passa, neste capítulo, a examinar a conceituação da empresa, provendo alguns parâmetros que possibilitam a posterior análise do instituto da empresa individual de responsabilidade limitada, nos moldes estipulados pela Lei n. 12.441/2011.

3.1 CONCEPÇÃO DE EMPRESA E APONTAMENTOS DOUTRINÁRIOS

Da mesma maneira que no capítulo anterior a análise da personalidade jurídica apresentou dificuldades e complicações para a definição do fenômeno da personificação, esta etapa do trabalho não se propõe a estabelecer um conceito unívoco do que é a empresa.

A problematização do conceito de empresa se dá pela construção histórica do instituto, à medida que, num primeiro momento, os comerciantes e hoje os empresários buscam estruturas que logrem em viabilizar o exercício da atividade econômica de acordo com as necessidades de cada época.

A empresa, conforme se mencionou acima, pode ser abordada por mais de uma perspectiva, sendo que o direito e a economia acabam por trazer diferentes noções, o que reflete o papel de cada um desses campos do conhecimento.

Rubens REQUIÃO, ao interpretar as lições do professor italiano Giuseppe FERRI, aduz que a terminologia econômica da empresa considera primeiramente o caráter profissional e especializado da atividade empresarial. Tal atividade se desenvolve pela organização dos fatores de produção, que corresponde a organismos econômicos, visando à “satisfação das necessidades alheias e, mais precisamente, das exigências do mercado geral”⁷⁷.

Quando se fala que o papel da empresa consiste na organização dos fatores de produção, tem-se que ela combina “elementos pessoais e reais, colocados em

⁷⁷ REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. v. 1, p. 73.

função de um resultado econômico”⁷⁸, de sorte que sua realização leva em conta a busca pelo lucro do empresário.

É nessa noção econômica da empresa que o operador do Direito se fundamenta para defini-la juridicamente, ainda que muitos dos aspectos próprios à Economia não sejam de interesse jurídico, resguardando-se este a avaliar a regulamentação de certos ângulos da empresa, ao passo que aos economistas cabe a avaliação da produção e distribuição de riquezas⁷⁹.

Na leitura que faz de FERRI, o professor Rubens REQUIÃO aponta quatro feições de maior importância, a ver: a) a empresa como expressão da atividade do empresário; b) a empresa como ideia criadora; c) a empresa como um complexo de bens; d) a empresa e as relações com os dependentes⁸⁰.

Resumidamente, a primeira feição diz respeito à sujeição da atividade do empresário a normas que regem seu registro e seu funcionamento. Em segundo lugar, trata-se da previsão legal da proteção da propriedade imaterial, bem como de repressão à concorrência desleal. Por terceiro, regula-se o estabelecimento comercial e a transferência de sua propriedade. Por último, há a disciplina das relações de emprego, à luz do Direito do Trabalho⁸¹.

No mesmo sentido, Fabio Ulhoa COELHO se apegua à disciplina do empresário no Livro II do Código Civil Brasileiro para situá-la enquanto objeto de direito, referente à atividade empreendida pelo empresário, este sim sujeito de direito.

O autor explana sua visão da seguinte forma:

Se o empresário é o exercente profissional de uma atividade econômica organizada, então empresa é uma atividade; a de produção ou circulação de bens ou serviços. É importante destacar a questão. (...) Somente se emprega de modo técnico o conceito de empresa quando for sinônimo de empreendimento. Se alguém reputa "muito arriscada a empresa", está certa a forma de se expressar: o empreendimento em questão enfrenta consideráveis riscos de insucesso, na avaliação desta pessoa. Como ela se está referindo à atividade, é adequado falar em empresa. Outro exemplo: no princípio da

⁷⁸ REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. v. 1, p. 74.

⁷⁹ *Ibidem*.

⁸⁰ REQUIÃO, Rubens. *Idem*, p. 75.

⁸¹ *Ibidem*.

preservação da empresa, construído pelo moderno Direito Comercial, o valor básico prestigiado é o da conservação da atividade (e não do empresário, do estabelecimento ou de uma sociedade), em virtude da imensa gama de interesses que transcendem os dos donos do negócio e gravitam em torno da continuidade deste; assim os interesses de empregados quanto aos seus postos de trabalho, de consumidores em relação aos bens ou serviços de que necessitam, do fisco voltado à arrecadação e outros⁸².

O autor leva em conta, portanto, a articulação pelo empresário dos fatores de produção, quais sejam, capital, mão de obra, insumos e tecnologia, para então definir a empresa como atividade organizada⁸³.

No mesmo sentido é feita a distinção entre empresa, objeto de direito, e sociedade, que corresponde a seu sujeito, por Edson ISFER. Segundo o autor, “pode-se concluir que, se empresa é o organismo econômico, que combina os fatores natureza, capital e trabalho, para a produção ou circulação de bens ou de serviços, difere substancialmente de sociedade, por ser esta o sujeito da relação jurídica”⁸⁴.

É interessante lembrar que os juristas, apesar das definições lançadas acima, não logram em trazer ao conceito de empresa uma univocidade. Exemplo disso se dá na legislação, que ora a trata como sujeito de direito e ora como seu objeto.

Em razão disso, Rubens REQUIÃO ressalta a importância das observações de Alberto ASQUINI, uma vez que, para ele, a dificuldade de definição da expressão *empresa* decorria da complexidade que o fenômeno comporta, haja vista o Direito não conseguir forçar todo o fenômeno econômico dentro de um conceito unitário. É a partir daí que ASQUINI desenvolveu sua ideia de conceito *poliédrico* da empresa⁸⁵.

A polissemia do termo *empresa* permitiu ao professor italiano identificar quatro diferentes perfis, quais sejam: “a) o perfil *subjetivo*, que vê a empresa como o empresário; b) o perfil *funcional*, que vê a empresa como atividade empreendedora;

⁸² COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa**, p. 12-13.

⁸³ COELHO, Fábio Ulhoa. *Idem*, p. 13

⁸⁴ ISFER, Edson. **Sociedades unipessoais e empresas individuais: responsabilidade limitada**, p. 46.

⁸⁵ REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. v. 1, p. 79.

c) o perfil *patrimonial* ou *objetivo*, que vê a empresa como estabelecimento; d) o perfil *corporativo*, que vê a empresa como instituição”⁸⁶.

O perfil subjetivo indica a empresa como equivalente à figura do próprio empresário, aquele que exerce, com a característica da empresarialidade (sobre a qual já se falou anteriormente), a atividade econômica organizada com o desígnio de produção e/ou troca bens e serviços⁸⁷.

O perfil funcional, por sua vez, trata da empresa como “força em movimento”, nas palavras de Asquini, que direciona a atividade a um objetivo de produção. Já o perfil patrimonial/objetivo atribui relevância ao patrimônio, como já sugere seu nome, destinando-o à finalidade da atividade econômica, sem, no entanto, confundi-lo com o estabelecimento⁸⁸.

No tocante ao perfil corporativo da empresa, há uma mudança de foco, de modo que a empresa deixa de ser pensada pelo ângulo individualista do empresário, de modo a se considerá-la, propriamente, uma organização de pessoal em torno de um objetivo econômico comum⁸⁹.

Após delinear os diversos perfis da empresa, Rubens REQUIÃO firma o entendimento de que “é preciso compreender que a empresa, como entidade jurídica, é uma abstração”⁹⁰, haja vista corresponder a um ato intencional do empresário no exercício da atividade econômica organizada. Como o próprio autor explica, “se todos os seus elementos estiverem organizados, mas não se efetivar o *exercício dessa organização*, não se pode falar em empresa”⁹¹.

Com essa breve menção à conceituação da empresa na doutrina, é imperativo apresentar a disciplina do instituto nos outros ramos do ordenamento jurídico brasileiro, que não o direito empresarial. Foca-se aqui, principalmente, a visão da empresa no direito trabalhista, à luz do artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho. Ressalve-se, entretanto, que esse exame não tem a pretensão de

⁸⁶ REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. v. 1, p. 79.

⁸⁷ *Ibidem*.

⁸⁸ *Ibidem*.

⁸⁹ REQUIÃO, Rubens. *Idem*, p. 80.

⁹⁰ REQUIÃO, Rubens. *Idem*, p. 83.

⁹¹ *Ibidem*.

esgotar o tema, mas apenas apresentar um panorama distinto daquele que compreende o objeto desta monografia.

O tratamento dado pelo direito do trabalho à empresa está vinculado ao conceito de empregador, o que faz ressurgir a discussão entre a condição de sujeito de direito ou de objeto de direito⁹². A disposição do *caput* do artigo mencionado é a seguinte: “considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços”.

É possível encontrar no mesmo artigo outra disposição causadora de certa confusão. O parágrafo 2º, ao regular os grupos econômicos, concebe a empresa como pessoa jurídica⁹³.

Amauri Mascaro do NASCIMENTO ensina que são objeto de crítica pela doutrina tais referências legais à empresa, “uma vez que nem todos na mesma reconhecem um sujeito de direito, por entenderem que é um conjunto de bens não equiparável a um sujeito de direito, o que se reflete na sua definição de empregador, que deveria ser outra, ou seja, *empregador é a pessoa física ou jurídica*”⁹⁴.

Dessa lição extrai-se que, para a concepção do empregador, não se deve focar na questão da personalidade jurídica tão somente, haja vista existirem outras figuras despersonalizadas, como o condomínio e o espólio, que também respondem como empregadoras pelo fato de terem empregados⁹⁵.

Debruçando-se sobre a mesma questão no direito do trabalho, Romano CRISTIANO identifica no artigo 2º da CLT uma tendência à personificação da empresa como tal. Tal ótica, como se pode perceber, destoa daquela apresentada

⁹² NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 32. ed. São Paulo: LTr, 2006, p. 137.

⁹³ Art. 2º, parágrafo 2º: “Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas”.

⁹⁴ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Obra citada, p. 137.

⁹⁵ *Ibidem*.

por Amauri Mascaro do NASCIMENTO, principalmente no que diz respeito à vontade do legislador⁹⁶.

Para CRISTIANO, ao equivaler a figura do empregador à da empresa, ele teria conferido a ela certa personalidade, visto que, caso não tivesse tal intenção, teria usado outra linguagem⁹⁷.

Com a análise acima, foi possível diagnosticar as distinções de maior relevância na doutrina entre empresa e demais áreas de estudo do direito empresarial, como o empresário e estabelecimento comercial.

Feitas essas ponderações acerca das diversas, e também controversas, concepções da empresa, bem como rapidamente mencionada a equiparação dela ao empregador no direito do trabalho, este trabalho acadêmico se volta à apreciação do empresário individual, que representa importante noção para o estudo da EIRELI.

3.2 EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E PERSONALIDADE JURÍDICA

A análise da figura do empresário individual faz-se de grande importância, tendo em vista o estudo que se faz nos capítulos adiante, dentro dos balizamentos doutrinários, acerca da viabilidade de limitação de sua responsabilidade, que constitui o objeto da presente monografia.

Conforme já se demonstrou anteriormente neste estudo, a figura do empresário está prevista a partir do artigo 966 do Código Civil Brasileiro, de modo a considerá-lo aquele que “exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”.

O professor Alfredo de Assis GONÇALVES NETO considera que, embora nosso sistema normativo de regulação dos protagonistas da atividade econômica já

⁹⁶ CRISTIANO, Romano. **A empresa individual e a personalidade jurídica**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1977, p. 143.

⁹⁷ *Ibidem*.

tenha avançado em direção às formas societárias, é no empresário individual que se estrutura o direito de empresa⁹⁸.

No que diz respeito à inscrição do empresário individual, o autor entende que, ainda que ele deva estar inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis de sua sede, conforme determina o artigo 967 da legislação civil⁹⁹, não se constitui pessoa jurídica a partir de tal inscrição¹⁰⁰.

Em suas palavras:

O empresário (...) é empresário por exercer atividade econômica organizada, e não por estar inscrito. Exercendo atividade econômica na forma descrita pelo art. 966, está sujeito à inscrição. Essa inscrição, mesmo devendo anteceder o exercício da atividade, não é constitutiva da qualidade de empresário. Assim, se alguém faz sua inscrição perante a Junta Comercial como empresário individual, mas não exerce nenhuma atividade econômica, ou exerce atividade econômica que não é própria de empresário, não será considerado como tal¹⁰¹.

Ocorre, no entanto, que GONÇALVES NETO faz a ressalva de que, em incorrendo em ausência de inscrição, o empresário não é impedido de exercer sua atividade, ainda que para tanto haja a obrigatoriedade de inscrição, haja vista o já mencionado artigo 967 do Código Civil. A não inscrição no registro sujeita o empresário, porém, a uma série de outras sanções, como responder por perdas e danos perante eventuais prejudicados, nos termos do artigo 1.151, parágrafo 3º, do Código Civil, não poder autenticar seus livros (CC, art. 1.181)¹⁰² e não poder requerer a falência de outro empresário¹⁰³⁻¹⁰⁴.

Também sobre o empresário individual, o professor Rubens REQUIÃO afirma que a atividade empresarial pode ser exercida individualmente. O referido jurista

⁹⁸ GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa: comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil**, p. 67.

⁹⁹ Art. 967: "É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade".

¹⁰⁰ GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Obra citada, p. 73.

¹⁰¹ GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. *Idem*, p. 74.

¹⁰² Art. 1.181: "Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis".

¹⁰³ Art. 97, parágrafo 1º da Lei n. 11.101/2005: "O credor empresário apresentará certidão do Registro Público de Empresas que comprove a regularidade de suas atividades".

¹⁰⁴ GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Obra citada, p. 75.

sustenta que “comerciante singular, vale dizer, o empresário individual, é a própria pessoa física ou natural, respondendo os seus bens pelas obrigações que assumiu, quer sejam civis, quer comerciais. A transformação de firma individual em pessoa jurídica é uma ficção do direito tributário, somente para o efeito do imposto de renda”¹⁰⁵.

É preciso frisar ainda que ao empresário é estipulada a condição da capacidade civil plena, seja adquirida pela maioria civil, seja pela via da emancipação. Sobre essa capacidade, GONÇALVES NETO instrui, contudo, que consiste numa capacidade especial para o exercício da empresa, noticiando a importância do caráter profissional da atividade¹⁰⁶.

O ilustre comercialista frisa que, ao incapaz, não é permitido o exercício de atividade empresarial, por não poder praticar livremente os atos que a administração de tal atividade demandaria¹⁰⁷. Os artigos 974¹⁰⁸ e 976¹⁰⁹ do Código Civil Brasileiro, todavia, prevêem a hipótese de continuidade da empresa por meio de representação ou assistência.

A capacidade empresarial, portanto, além da capacidade civil plena, exige a que a pessoa natural a exercer a atividade econômica não esteja legalmente impedida.¹¹⁰ No que diz respeito aos impedimentos legais, GONÇALVES NETO elogia o uso pelo Código Civil Brasileiro dessa expressão, que abarca tanto “as *proibições*, que têm cunho geral, como as *limitações* ao exercício da atividade empresarial, consoante, respectivamente, sejam de cunho geral ou restrito”¹¹¹.

No que tange a essas limitações, Marino PAZZAGLINI FILHO e Andrea Di Fuccio CATANESE lembram que elas estão esparsas em nosso ordenamento

¹⁰⁵ O autor lembra, ainda, que firma individual, atualmente denominada *firma mercantil individual* pela Lei n. 8.934/1994, chama-se também de empresa individual. (REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. v. 1, p. 110).

¹⁰⁶ GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa: comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil**, p. 83.

¹⁰⁷ GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. *Idem*, p. 86.

¹⁰⁸ Art. 974: “Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança”.

¹⁰⁹ Art. 976: “A prova da emancipação e da autorização do incapaz, nos casos do art. 974, e a de eventual revogação desta, serão inscritas ou averbadas no Registro Público de Empresas Mercantis”.

¹¹⁰ GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. *Idem*, pp. 86-87.

¹¹¹ *Ibidem*.

jurídico, disciplinadas em diversas leis¹¹². Destacam, portanto, que os impedidos ao livre exercício da atividade de empresário individual correspondem aos juízes¹¹³, os membros do Ministério Público¹¹⁴, os funcionários públicos¹¹⁵, os militares da ativa¹¹⁶, os deputados e senadores¹¹⁷. “E quanto à condição jurídica de determinadas pessoas, os falidos”¹¹⁸⁻¹¹⁹.

No que diz respeito à firma individual, Romano CRISTIANO, estudioso do fenômeno da personificação da empresa, ensina que ela não corresponde à pessoa jurídica em si, mas quer dizer, em verdade, a pessoa física do comerciante individual, o que identifica o sujeito de direito.

Tal afirmação acaba por vincular o próprio comerciante à firma, de modo que sua transferência se revela impossível, justamente por não haver como se transferir a outrem uma pessoa física¹²⁰. Desta sorte, “falecido o comerciante, termina também, *ipso facto*, a firma individual, cujo registro deve ser cancelado”¹²¹.

Em se tratando da personalidade jurídica, o mesmo autor sustenta que não se pode atribuí-la ao comerciante individual, eis que o centro de imputação de direitos e

¹¹² CATANESE, Andrea di Fuccio. PAZZAGLINI FILHO, Marino. **Direito de Empresa no Novo Código Civil: empresário individual e sociedades**. São Paulo: Atlas, 2003, pp. 42-43.

¹¹³ Art. 95, parágrafo único, da Constituição Federal: “Parágrafo único. Aos juízes é vedado: I - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério” e art. 36 da Lei Complementar n. 35/1979: “É vedado ao magistrado: I - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, inclusive de economia mista, exceto como acionista ou quotista”.

¹¹⁴ Art. 128, parágrafo 5º da Constituição Federal: “Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros: II - as seguintes vedações: c) participar de sociedade comercial, na forma da lei” e art. 44 da Lei n. 8.625/1993: “Aos membros do Ministério Público se aplicam as seguintes vedações: III - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista”.

¹¹⁵ Art. 117 da Lei n. 8.112/1990: “Ao servidor é proibido: X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário”.

¹¹⁶ Art. 204 do Decreto-Lei n. 1.001/1969: “Comerciar o oficial da ativa, ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade comercial, ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista ou cotista em sociedade anônima, ou por cotas de responsabilidade limitada: Pena - suspensão do exercício do posto, de seis meses a dois anos, ou reforma”.

¹¹⁷ Art. 54 da Constituição Federal: “Os Deputados e Senadores não poderão: II - desde a posse: a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada”.

¹¹⁸ CATANESE, Andrea di Fuccio. PAZZAGLINI FILHO, Marino. Obra citada, p. 43.

¹¹⁹ Art. 102 da Lei n. 11.101/2005: “O falido fica inabilitado para exercer qualquer atividade empresarial a partir da decretação da falência e até a sentença que extingue suas obrigações, respeitado o disposto no § 1º do art. 181 desta Lei”.

¹²⁰ CRISTIANO, Romano. **A empresa individual e a personalidade jurídica**, pp. 125-127

¹²¹ Romano Cristiano vai além no que diz respeito à firma individual, vinculando-a à empresa, por ser ela absorvida, no direito brasileiro positivo, pela noção de empresário, a quem se atribui personalidade jurídica. (*Ibidem*).

obrigações não seria ele (correspondente à firma individual), mas a empresa, caso possível¹²².

É nesse sentido que CRISTIANO assevera que se a empresa

se identifica com a pessoa, física ou jurídica, de seu proprietário, concluímos que a firma individual, no caso de seu titular falecer ou não querer mais trabalhar, deveria apenas ser objeto, nas repartições públicas, de baixa, pura e simples, desaparecendo assim, a própria empresa¹²³.

No mesmo compasso que Rubens REQUIÃO, Romano CRISTIANO entende que o empresário individual assume responsabilidade ilimitada pelas obrigações comerciais e civis assumidas¹²⁴. É aqui que começam a despontar as desvantagens do exercício individual da atividade econômica organizada, que ocasionou no Brasil o reclamo por instrumentos e estruturas que diminuíssem os riscos inerentes a tal modo de exploração da atividade empresarial.

Além desse inconveniente, a firma individual ainda sofre de outro mal, eis que, por se tratar de pessoa física, “não pode ser transformada em sociedade, nem ser transferida a terceiro, por ato *inter vivos* ou *mortis causa*”¹²⁵. Constata-se, assim, outra consequência negativa, obstaculizando a continuidade da empresa. Ressalte-se, contudo, que as Juntas Comerciais admitem atualmente a transformação da firma individual em sociedade.

Cristiano, ainda, no afã de deixar claros os problemas que a impossibilidade de personificação da empresa implica, sugere a hipótese de o estabelecimento passar a pertencer a outro grupo social e a firma social é retirada da sociedade, impondo a necessidade de modificação do nome, adotando-se denominação ou nova firma.

Os efeitos dessa alteração podem, por fim, alterar a situação creditícia do empresário, bem como impor a necessidade de gastos e despesas com registros

¹²² CRISTIANO, Romano. **A empresa individual e a personalidade jurídica**, pp. 125-127.

¹²³ CRISTIANO, Romano. *Idem*, p. 144.

¹²⁴ CRISTIANO, Romano. *Idem*, p. 148.

¹²⁵ CRISTIANO, Romano. *Idem*, pp. 124-125.

públicos, instituições financeiras e impressão de novo material de identificação¹²⁶. Nos próximos capítulos outras consequências da empresa individual serão estudadas, com olhos ao anseio, que já vinha de longa data, pela personificação da empresa.

Seguindo as linhas temáticas apresentadas no presente capítulo do trabalho acadêmico, o item seguinte se destina a analisar um ponto de grande relevância que é a possibilidade de se estabelecer um patrimônio separado para o empresário individual. Para tanto, realiza-se uma incursão em torno da possibilidade de limitação de sua responsabilidade, entusiasmada em larga medida pelos estudos realizados pelo professor paulista Sylvio MARCONDES MACHADO no século passado.

3.3 DESTINAÇÃO DO PATRIMÔNIO SEPARADO À EMPRESA INDIVIDUAL COM VISTAS À LIMITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO EMPRESÁRIO

O panorama em que se encontrava a limitação da responsabilidade no exercício da atividade empresarial antes da promulgação da Lei n. 12.441/2011, que permitiu a criação da EIRELI, restringia às sociedades esse benefício, de modo que “o único que ainda é obrigado, por lei, a responder ilimitadamente pelas obrigações comerciais assumidas é o comerciante individual. Mas responsabilidade ilimitada é fardo pesado demais”¹²⁷.

A única saída então disponível ao empresário individual para que não tivesse de vincular todo seu patrimônio às obrigações decorrentes de seu empreendimento seria, desse modo, a constituição de uma sociedade.

Não à toa, portanto, o comerciante individual se via “obrigado a, desejando limitar sua responsabilidade, constituir sociedades de favor ou sociedades fictas”¹²⁸, ainda que na prática a administração do ente societário se desse por apenas um dos

¹²⁶ CRISTIANO, Romano. . **A empresa individual e a personalidade jurídica**, pp. 124-125.

¹²⁷ CRISTIANO, Romano. **Personificação da empresa**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1982, p. 6.

¹²⁸ ISFER, Edson. **Sociedades unipessoais e empresas individuais: responsabilidade limitada**, p. 103.

sócios, eis que o outro, cuja única função fática seria a de figurar no contrato social, não tinha participação efetiva.

Constata-se, assim, que o uso das sociedades não conformaria senão um subterfúgio em busca da limitação da responsabilidade do comerciante individual, achacando a *affectio societatis*, pressuposto fático de existência da sociedade, já analisado anteriormente.

Na busca de soluções a esses problemas, a empresa individual de responsabilidade limitada, ao ser analisada pela doutrina, aponta para dois caminhos diferentes, segundo infere Edson Isfer em sua interpretação do escólio de Sylvio MARCONDES MACHADO. Por um lado, poder-se-ia ter a personalização da empresa; por outro, ela seria tratada como patrimônio¹²⁹.

Essa divisão, que é própria da conceituação da empresa (já levada a cabo em item anterior deste estudo), leva a um enquadramento da empresa “na categoria dos sujeitos ou dos objetos de direito e sua relação com o mecanismo da responsabilidade dos sócios e da própria sociedade ou do empresário individual”¹³⁰.

A concepção que leva em conta a personificação da empresa traz, logicamente, como solução a atribuição de personalidade jurídica à empresa, buscando através desse expediente limitar a responsabilidade da nova pessoa jurídica por seu ato constitutivo.

Como a limitação da responsabilidade vem se demonstrando uma tendência a partir do advento de diferentes formas societárias, a exemplo das sociedades anônimas e as sociedades limitadas, o princípio da responsabilidade ilimitada perdeu muito de seu espaço. Isso levou parte da doutrina a ponderar que, como a personificação da empresa implicaria limitação da responsabilidade dos sócios, o mesmo se daria em relação ao empresário individual¹³¹.

Sylvio MARCONDES MACHADO alerta, porém, que as figuras societárias continuam a responder com a totalidade do seu patrimônio pelas obrigações

¹²⁹ ISFER, Edson. **Sociedades unipessoais e empresas individuais: responsabilidade limitada**, pp. 103-104.

¹³⁰ ISFER, Edson. *Idem*, p. 104.

¹³¹ ISFER, Edson. *Idem*, pp. 105-106.

assumidas, sendo que a personificação somente se presta a “delimitar o montante da prestação devida pelo sócio”¹³².

Resta claro para o referido autor, portanto, que a limitação pela via da personalização pode representar um instrumento de limitação da responsabilidade dos sócios no ambiente societário, mas que não lograria em gerar a mesma eficácia para a empresa individual.

Deste modo, o autor indica que a criação legislativa de um novo sujeito de direito, a empresa individual de responsabilidade limitada, demandaria a forma de uma nova pessoa jurídica de direito privado. A limitação da responsabilidade por essa técnica, contudo, “consistiria, apenas, em limitar a dívida do empresário, perante a empresa e terceiros”¹³³.

De encontro a tal compreensão, Romano CRISTIANO, demonstrando irresignação com a impossibilidade de limitação da responsabilidade do empresário individual, assevera que

Essa situação não é mais aceitável hoje em dia, por uma questão de justiça”. Indaga o professor, por fim, visto que “se como sócia de sociedade comercial, determinada pessoa física pode conseguir responsabilidade limitadíssima, por que como comerciante individual há de ter responsabilidade ilimitada”¹³⁴?

Para o autor, a mera atribuição de personalidade jurídica à empresa individual bastaria à limitação da responsabilidade do empresário. Em seu entendimento,

A solução ideal para todos esses problemas seria, a nosso ver, a outorga de personalidade jurídica à “empresa individual”. Atribuir-se-ia, assim, personalidade jurídica a uma universalidade de bens, materiais e imateriais, a uma universalidade de fato, que se transformaria, consequentemente, em universalidade de direito – conjunto de relações ativas e passivas.¹³⁵

¹³² MACHADO, Sylvio Marcondes. **Limitação de responsabilidade de comerciante individual**. São Paulo, 1956, pp. 278-279.

¹³³ MACHADO, Sylvio Marcondes. *Idem*, p.280.

¹³⁴ CRISTIANO, Romano. **A empresa individual e a personalidade jurídica**, p. 149.

¹³⁵ *Ibidem*.

Por outro lado, a segunda concepção acerca da empresa individual de responsabilidade limitada, proponente da consideração da empresa como objeto de direito, enxerga na estipulação de um patrimônio apartado para o exercício da atividade econômica a condição para se limitar a responsabilidade do comerciante singular¹³⁶.

Tal saída é encontrada por Sylvio Marcondes MACHADO ao se valer da teoria da dívida e da responsabilidade, da qual se pode distinguir dois sentidos: o da responsabilidade quantitativamente limitada e o da responsabilidade objetivamente limitada. O primeiro diz respeito à limitação de determinada soma pela qual o patrimônio do devedor responde, implicando uma limitação da dívida e não de responsabilidade¹³⁷.

O segundo, por seu turno, configura uma demarcação de uma dada área de bens, tem destinação específica, no caso de inadimplemento das obrigações assumidas pelo devedor. É justamente aí que se observa a formação de um patrimônio separado, que tem o condão de satisfazer os credores até o limite da responsabilidade do devedor¹³⁸.

Verifica-se aí a consequência do entendimento da empresa como objeto de direito, constituindo um patrimônio separado daquele do empresário individual. Por conta dessas lições, Edson ISFER conclui:

A atribuição legislativa, ao instituto da empresa individual de responsabilidade limitada, da natureza do patrimônio separado, será efeito de duas causas concorrentes: a primeira, decorre da universalidade de direito formada pelo complexo de relações jurídicas emergentes da atividade empreendedora; a segunda consiste em circunscrever a responsabilidade patrimonial do empresário, na satisfação das relações passivas, ao limite do que constitua o ativo existente na empresa¹³⁹.

Cumpra ainda cotejar as correntes doutrinárias descritas acima com a iterativa opinião de Calixto SALOMÃO FILHO quanto à separação de patrimônio. O autor, ao

¹³⁶ ISFER, Edson. **Sociedades unipessoais e empresas individuais: responsabilidade limitada**, pp. 106-108.

¹³⁷ ISFER, Edson. *Idem*, pp. 108-109.

¹³⁸ MACHADO, Sylvio Marcondes. **Limitação de responsabilidade de comerciante individual**. pp. 283-284.

¹³⁹ ISFER, Edson. Obra citada, p. 109.

tratar do tema do patrimônio de afetação sua obra “A sociedade unipessoal”, afirma ser impossível a existência de patrimônios especiais no direito brasileiro, haja vista a disposição do artigo 591, do Código de Processo Civil¹⁴⁰⁻¹⁴¹.

Ocorre, contudo, que quando da publicação da referida obra de SALOMÃO FILHO não haviam sido promulgados o novo Código Civil e seu artigo 974 e a Lei n. 10.931/2004, sendo que esta traz consigo a possibilidade da criação de patrimônios de afetação ao alterar a Lei n. 4.591/64, que disciplina direitos e obrigações das empresas incorporadoras. A nova lei incluiu o artigo 31-A¹⁴², autorizando a estipulação de patrimônios de afetação.

A rápida menção a essa lei certamente não esgota o tema da destinação de patrimônio para destinação específica no ordenamento jurídico brasileiro. Ocorre, no entanto, que a partir dela pode-se mostrar que, neste País, há o reconhecimento legal da possibilidade de limitação pela via da autonomia patrimonial. Isso interessa ao objeto do presente estudo, ao identificar uma característica importante que permite, pela via da empresa individual trazida pela Lei n. 12.441/2011, a limitação da responsabilidade daqueles que praticam atividade empresarial singularmente.

Seguindo o mesmo caminho da disciplina do patrimônio de afetação, não haveria porque não se permitir, no nosso sistema jurídico, a limitação de responsabilidade do empresário singular, cujo patrimônio pessoal estaria imune das obrigações assumidas pela empresa individual.

Diante do exposto, verificou-se que a limitação da responsabilidade do empresário individual depende da separação de um patrimônio autônomo no âmbito da empresa, bem como exige a criação pela atividade legislativa de uma figura que compreenda a empresa individual de responsabilidade limitada.

¹⁴⁰ Art. 591: “O devedor responde, para o cumprimento de suas obrigações, com todos os seus bens presentes e futuros, salvo as restrições estabelecidas em lei”.

¹⁴¹ SALOMÃO FILHO, Calixto. **A sociedade unipessoal**. 3ª ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 1995, pp. 42-43.

¹⁴² Art. 31-A: “A critério do incorporador a incorporação poderá ser submetida ao regime da afetação, pelo qual o terreno e as acessões objeto de incorporação imobiliária, bem como os demais bens e direitos a ela vinculados, manter-se-ão, apartados do patrimônio do incorporador e constituirão patrimônio de afetação, destinado à consecução da incorporação correspondente e à entrega das unidades imobiliárias aos respectivos adquirentes”.

Ressalte-se que o capítulo seguinte se aprofunda de maneira mais apropriada nesse segundo aspecto, que foi levado em conta pela inclusão da EIRELI no rol das pessoas jurídicas de direito privado do artigo 44 do Código Civil Brasileiro.

O estudo realizado nos três tópicos deste capítulo se revelam, portanto, fundamentais para o devido exame, na etapa que se segue, do objeto da presente monografia, qual seja, a Lei n. 12.441/2011 e a figura que ela trouxe ao ordenamento jurídico brasileiro, a empresa individual de responsabilidade limitada.

4. A EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA E SEUS REFLEXOS NO DIREITO BRASILEIRO

Após a tratativa da concepção da personalidade jurídica, da sua atribuição no direito brasileiro e das sociedades empresária; da concepção de empresa, empresária individual e separação de patrimônio, a presente monografia se dedica, finalmente, ao exame do instituto da empresa individual de responsabilidade, bem assim de sua viabilidade teórica e prática e de seus reflexos neste País.

A Lei n. 12.441, sancionada em 11 de julho de 2011 pela Presidente da República Dilma Rousseff, trouxe ao ordenamento jurídico brasileiro a figura da empresa individual de responsabilidade limitada, após anos de espera por parte da doutrina e da classe empresária.

Os benefícios que decorrem do referido instituto – e que serão descritos com maior propriedade adiante – são diversos e já eram antecipados há décadas pelos estudiosos do tema no Brasil, gerando ainda mais expectativa sobre a viabilidade prática da EIRELI. Frise-se que muito do *frisson* provocado pela novidade legislativa se dá por conta da vasta experiência de vários outros países com institutos que guardam finalidade semelhante e que se mostraram instrumentos interessantes na promoção da livre iniciativa.

Em um país que tenta se desvencilhar das amarras do subdesenvolvimento, a promulgação de uma lei que proteja o patrimônio do pequeno empresário individual, reduzindo assim seus riscos, revela-se uma iniciativa louvável, ainda que alguns aspectos da nova lei sejam merecedores de uma reflexão crítica.

No que tange à formalização, no Brasil, de diversas sociedades empresárias fictícias, resta superada a necessidade de constituição de sociedades empresárias para a limitação de responsabilidade do empresário individual, que corresponde, em larga medida, a titulares de negócios de pequena monta.

Calixto SALOMÃO FILHO no início da década de 90, após período de estudos no continente europeu, já apontava para o estímulo que o instituto poderia vir a instigar, ressaltando que “o incentivo econômico, no caso da empresa individual,

dirige-se, mormente, aos pequenos e médios empresários, maiores usuários da forma empresarial unipessoal”¹⁴³.

Parte da doutrina brasileira, mesmo antes da Lei n. 12.441/2011, já admitia o exercício unipessoal da atividade empresária, ainda que apenas em sua forma societária. Conforme preleciona Alfredo de Assis GONÇALVES NETO:

A sociedade unipessoal é uma realidade, não só no Brasil (com a consagração legislativa da subsidiária integral) como no exterior, e a teoria institucionalista, que afasta a natureza contratual das sociedades, tem sido cada vez mais prestigiada, não sendo recomendável que o legislador opte por uma das correntes contestadas por expressiva parte da doutrina. Pode-se argumentar que o substrato da sociedade está na união de duas ou mais pessoas; nesse caso, a sociedade unipessoal seria outra figura, mas visando o mesmo fim. Por isso, a doutrina a considera espécie do gênero sociedade. Outra designação poderia afastá-la do regramento próprio da matéria societária¹⁴⁴.

Percebe-se aí a predileção pela disciplina referente à sociedade. Do mesmo modo, Marcia Carla Pereira RIBEIRO e Marcelo BERTOLDI expressam aprovação à instituição da sociedade unipessoal de responsabilidade – que não se confunde com a EIRELI, conforme já repisado neste trabalho acadêmico –, asseverando que traria ao ordenamento jurídico pátrio um mecanismo capaz de evitar a constituição de sociedades fictícias ou de favor¹⁴⁵.

Interessante notar ainda, que, conforme se observará nos tópicos seguintes, por coincidência ou não, diversas características e nomenclaturas próprias das sociedades foram incorporadas na figura da EIRELI, ainda que isso represente em alguma medida uma incongruência sistêmica.

É, portanto, em vista da problemática referente à criação dessa nova pessoa jurídica de direito privado, objetivando a limitação da responsabilidade do comerciante individual, que os tópicos seguintes se dispõem a versar sobre a empresa individual de responsabilidade limitada de maneira mais minuciosa

¹⁴³ SALOMÃO FILHO, Calixto. **A sociedade unipessoal**, p. 29.

¹⁴⁴ GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa: comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil**, p. 114.

¹⁴⁵ BERTOLDI, Marcelo; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. **Curso Avançado de Direito Comercial**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 171.

4.1 PERSONIFICAÇÃO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Com o advento da Lei n. 12.441/2011, foi outorgada personalidade jurídica pelo legislador à empresa individual de responsabilidade limitada com a inclusão dessa figura no rol de pessoas jurídicas de direito privado do artigo 44 do Código Civil Brasileiro. Por conta disso, cabe retomar algumas considerações feitas a respeito da concessão de personalidade jurídica com o objeto de limitar a responsabilidade do empresário individual.

Consoante já demonstrado anteriormente, não bastaria à empresa individual de responsabilidade limitada a destinação de um patrimônio separado para a limitação da responsabilidade do empresário. É imperativo aliar a isso a atribuição de personalidade jurídica à empresa. A importância do fenômeno da personificação se evidencia ao suscitar a ideia de autonomia patrimonial, delineando a responsabilidade na nova pessoa criada.

Romano CRISTIANO, como já mencionado no capítulo anterior, segue o entendimento de que é possível a atribuição da personalidade jurídica à empresa. A personificação da empresa tem dupla motivação, na explanação desse doutrinador: sua complexidade de organização e a multiplicidade dos interesses que ela vem polarizando, que correspondem a dados extraídos da prática econômica¹⁴⁶⁻¹⁴⁷.

O autor ainda relembra o aspecto psicológico que tem relação com o uso cotidiano da expressão *empresa*. A continuidade do exercício da atividade empresarial leva a clientela a substituir em sua consciência o titular pela própria empresa, cuja presença se revela mais firme e estável. “Daí a tendência natural, que comumente se nota, de referir à empresa aqueles direitos, aquelas manifestações de atividade, que, de fato, são concernentes ao empresário”¹⁴⁸.

Em tal contexto, CRISTIANO entende ser possível a atribuição de personalidade jurídica à empresa individual, eis que o caráter objetivo da empresa

¹⁴⁶ CRISTIANO, Romano. **Personificação da empresa**, p. 157.

¹⁴⁷ CRISTIANO, Romano. **A empresa individual e a personalidade jurídica**, p. 153.

¹⁴⁸ CRISTIANO, Romano. *Idem*, p. 146.

lentamente se altera, assumindo característica de sujeito de direito. Em suas palavras:

A empresa individual está nessas condições, uma vez que conforme já ressaltamos se apresenta, na realidade, como uma unidade econômica bem definida, perfeitamente distinta da pessoa de seu proprietário. Nada impede, portanto, que ela deixe de ser apenas uma universalidade de fato para se tornar uma universalidade de direito, capaz, como outros tipos de entes ideais, de direitos e de obrigações. Pode ela, conseqüentemente e sem receios nem reservas, receber a qualquer momento a personalidade jurídica¹⁴⁹.

Ao emprestar de noção hegeliana de síntese, CRISTIANO, sobre a transformação da empresa, passando de objeto a uma condição subjetiva, ainda explica que

Da luta entre os dois opostos elementos, o subjetivo e o objetivo, a tese e a antítese, aquele querendo conservar sua supremacia e este adquirindo importância cada vez maior, surgiu a *síntese*, a empresa, elemento objetivo que se transforma em subjetivo, e que cada vez mais está a reclamar a posição que verdadeiramente lhe compete: a de pessoa jurídica¹⁵⁰.

Para Edson ISFER, a atribuição da personalidade jurídica à empresa diz respeito a uma condição para a separação patrimonial, de modo que sem a personificação inviabiliza-se o “estabelecimento de responsabilidade a uma determinada pessoa diversa daquela que tem o dever”¹⁵¹.

O referido professor, concluindo seu raciocínio, elucida a questão da autonomia patrimonial da seguinte forma:

Personificada a empresa, seus bens responderiam pelas obrigações assumidas. Conseqüentemente, os bens do titular não responderiam, já que, perante o direito, seriam bens de terceiros, pessoas distintas da pessoa da

¹⁴⁹ CRISTIANO, Romano. **A empresa individual e a personalidade jurídica**, p. 150.

¹⁵⁰ CRISTIANO, Romano. *Idem*, p. 147.

¹⁵¹ ISFER, Edson. **Sociedades unipessoais e empresas individuais: responsabilidade limitada**, p. 176.

empresa. Formar-se-ia um patrimônio autônomo, de titularidade da empresa, responsável pelas obrigações por ela contraídas¹⁵².

Por outro lado, ainda que sustentando posição contrária à personificação para o objetivo de se estabelecer a separação patrimonial entre o empresário individual e a empresa (visando em última instância, frise-se, a limitação da responsabilidade do comerciante singular), vale prestar atenção novamente nas lições de Sylvio Marcondes MACHADO.

O professor paulista enfatiza a autonomia patrimonial como alternativa para a limitação da responsabilidade. Deste modo, constituir-se-ia um novo patrimônio, autônomo e delimitado, cuja destinação seria a atividade empresarial organizada. Assim, haveria diferenciação entre o patrimônio do titular da empresa e aquele arrojado ao empreendimento¹⁵³.

Feitas essas ponderações sobre a personificação da empresa, transformando-a de objeto em sujeito de direitos, pelo artigo 2º da Lei n. 12.441/2011, com destaque aos autores que defendem o fenômeno da personalização, é possível notar algumas controvérsias com a concepção de empresa, debatida no segundo capítulo deste trabalho. Deste modo, a inclusão da EIRELI no rol de pessoas jurídicas de direito privado do Código Civil Brasileiro pode se tornar alvo de crítica por grande parte da doutrina.

Nada obstante, esta monografia se propõe a analisar a inovação trazida pela empresa individual de responsabilidade limitada ao ordenamento jurídico brasileiro. É o que pretende o próximo tópico – após este estudo ter percorrido diversos temas preliminares – ao perquirir a aplicabilidade prática dos moldes trazidos pela nova lei, sopesando suas virtudes e seus defeitos.

4.2 LIMITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO COMERCIANTE INDIVIDUAL NOS MOLDES DA LEI N. 12.441/2011

¹⁵² ISFER, Edson. **Sociedades unipessoais e empresas individuais: responsabilidade limitada**, p. 177.

¹⁵³ MACHADO, Sylvio Marcondes. **Limitação de responsabilidade de comerciante individual**, pp. 280-281.

O presente tópico busca ponderar as diversas considerações realizadas no presente trabalho, trazendo à discussão a limitação da responsabilidade do empresário individual pelos parâmetros impostos pela Lei n. 12.441/2011.

O professor Sylvio Marcondes MACHADO salienta a necessidade da limitação da responsabilidade do empresário individual, indicando sua importância para que o homem possa exercer sua livre iniciativa no campo empresarial, representando um antigo anseio da classe empresarial.

Tal necessidade é expressa da seguinte forma:

O princípio da responsabilidade ilimitada, consagrado nas legislações e segundo o qual a pessoa responde por suas dívidas com todos os bens, constitui o eixo de um inteiro sistema organizado no plano jurídico para prover a segurança das relações dos homens, na ordem econômica. (...) Não obstante, setores há de atividade, no campo da economia, em que a aplicação do princípio deve sofrer atenuações, sob pena de entrave ao progresso dos empreendimentos humanos¹⁵⁴.

Diante disso, observando-se a existência da sociedade unipessoal à parte do ordenamento jurídico, caberia ao legislador criar condições para regular sua existência, sob pena de se incorrer numa lacuna entre o direito e a realidade fática¹⁵⁵.

Assim sendo, o professor Edson ISFER, ao tratar da limitação da responsabilidade da empresa individual, admite que “não bastaria a atribuição da qualidade de pessoa jurídica para que houvesse limitação da responsabilidade”¹⁵⁶, mas que também “seria imperioso que se atribuisse a responsabilidade pelas obrigações do comerciante individual, ou até da sociedade comercial, à nova pessoa criada, recaindo sobre essas obrigações o patrimônio por ele destinado ao exercício

¹⁵⁴ MACHADO, Sylvio Marcondes. **Limitação de responsabilidade de comerciante individual**, p. 19.

¹⁵⁵ ISFER, Edson. **Sociedades unipessoais e empresas individuais: responsabilidade limitada**, p. 179.

¹⁵⁶ ISFER, Edson. *Idem*, p. 176.

da atividade. Com isto, de forma indireta, estaria imune de agressões o patrimônio não destinado à atividade empresarial”¹⁵⁷.

Partindo dessa lição, é perceptível, ao se analisar a redação da nova lei, que à EIRELI foi atribuída personalidade jurídica, visto que a incluiu no rol de pessoas jurídicas de direito privado do artigo 44 do Código Civil, o que cumpre um dos requisitos mencionados por ISFER para que se possa limitar a responsabilidade do empresário. Verifica-se, portanto, que no caso da EIRELI, das fórmulas estudadas anteriormente para a limitação da responsabilidade, foi usada a aquela da personificação da empresa, em detrimento do tratamento da empresa como patrimônio.

Além disso, quando o dispositivo prevê, no *caput* de seu artigo 980-A¹⁵⁸, que o único titular da empresa deverá constituir capital social, vemos aí a inclusão do elemento da separação patrimonial, conforme discutido no item 3.3 deste trabalho acadêmico.

Em se tratando do capital social¹⁵⁹, cabe ressaltar que em 2011, enquanto a Lei n. 12.441/2011 sequer havia começado a vigorar, foi ajuizada pelo Partido Popular Socialista (PPS) ação de declaração de inconstitucionalidade, autuada sob n. 4.637, perante o Supremo Tribunal Federal questionando a exigência de 100 salários-mínimos para a integralização do capital-social mínimo para criação da EIRELI – o que restringiria em muito a gama de microempresários aptos a constituí-la –, bem como a vedação constitucional da vinculação do salário-mínimo para qualquer fim¹⁶⁰⁻¹⁶¹.

¹⁵⁷ ISFER, Edson. **Sociedades unipessoais e empresas individuais: responsabilidade limitada**, pp. 176-177.

¹⁵⁸ Art. 980-A: “A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País”.

¹⁵⁹ A denominação adotada pelo legislador parece, à primeira vista, inoportuna, vez que atribui a um elemento da EIRELI nomenclatura própria da disciplina das sociedades, que correspondem a outra pessoa jurídica de direito privado.

¹⁶⁰ Art. 7º da Constituição Federal: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”.

¹⁶¹ Esta informação não consiste, contudo, no objeto de estudo da presente monografia, de modo que nos limitamos a noticiar o questionamento no Poder Judiciário. **(ADin questiona lei que permite**

Em relação ao valor estipulado pela lei para a integralização do capital social mínimo, há que se lembrar de que se trata de um capital de investimento, que não mais poderá ser utilizado pelo empresário após sua integralização. Vale refletir, desta forma, quantas são as pessoas que podem investir inicialmente R\$ 62.200,00, nos padrões atuais, e ainda assim reunirem condições financeiras para manter seus negócios. Na conjuntura econômica brasileira, certamente são poucas.

Observe-se ainda que, ao menos em tese, a Lei que instituiu a EIRELI implantou em nosso ordenamento jurídico um expediente que tem o condão de formalizar as diversas sociedades fictícias que eram constituídas cotidianamente com o escopo único de limitar a responsabilidade do empresário.

Para aqueles que não dispuserem de tal valor, restará novamente o subterfúgio das sociedades fictícias, justamente aquelas que a empresa individual de responsabilidade limitada teria o condão de acabar. Isso denota uma disfunção da figura trazida pela nova lei, podendo ocasionar um desequilíbrio nas finanças do empresário individual, de modo que seus credores poderão exigir garantias complementares ao capital social. Enfim, é de se questionar o alto valor estabelecido pela Lei n. 12.441/2011, uma vez que objetiva, em tese, conferir maior segurança ao exercício da atividade desenvolvida pelo pequeno empresário.

No que tange à constituição da EIRELI, cabem ainda algumas indagações, eis que a lei não especifica se a empresa pode ser composta por uma pessoa natural ou uma pessoa jurídica. A única restrição nesse sentido está contida no parágrafo 2º do artigo 980-A¹⁶², limitando a um o número de EIRELIs que a pessoa natural poderá constituir.

No que diz respeito à sua constituição por uma pessoa jurídica, no entanto, a lei é omissa, de modo a permitir a interpretação que não obstaculiza que um outro ente jurídico seja titular de uma EIRELI.

criação de empresa individual de responsabilidade limitada. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI139287,11049-ADIn+questiona+lei+que+permite+criacao+de+empresa+individual+de>>. Acesso em: 10 de julho de 2012).

¹⁶² Art. 980-A: “A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País. Parágrafo 2º: A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade”.

Conforme demonstrado no segundo capítulo desta monografia, o empresário individual que almejava a limitação de sua responsabilidade, perante as obrigações assumidas no exercício da atividade econômica que desenvolve, via-se obrigado a constituir uma sociedade de favor.

Em semelhante situação de informalidade encontravam-se os sócios remanescentes de sociedades unipessoais incidentais temporários, incidindo na hipótese de concentração das quotas num único sócio. Para esse tipo situação, o novo diploma legal trouxe, no parágrafo 3º do artigo 980-A, a possibilidade de conversão de outra modalidade societária em EIRELI¹⁶³.

No que tange à motivação para a instituição de uma pessoa jurídica que permita o exercício individual da atividade empresarial, Carlos Celso ORCESI DA COSTA lista três motivos de maior importância para que se aceite a figura da empresa unipessoal de responsabilidade limitada no ordenamento jurídico brasileiro. O primeiro diz respeito à diminuição dos riscos inerentes à atividade empresarial a que o empresário individual fica exposto. O segundo, por seu turno, trata da possibilidade de redução das sociedades constituídas pela simples exigência da pluralidade de sócios, ou seja, as sociedades de favor. Em terceiro lugar, ORCESI DA COSTA menciona a necessidade de subsistência da atividade econômica organizada quando ela se vê reduzida a um único sócio (unipessoalidade incidental temporária)¹⁶⁴, à luz do princípio da continuidade da empresa. A subsistência se revela um imperativo por estar revestida do interesse social na continuidade da empresa, de modo a extrapolar o ambiente do direito privado¹⁶⁵.

No mesmo compasso de ORCESI DA COSTA, a professora espanhola Josefina Boquera MATARREDONA, em obra que abrange a vastidão de figuras legais referentes ao comerciante singular no continente europeu, apresenta argumentos favoráveis e objeções ao exercício do comércio individual com o benefício da responsabilidade limitada.

¹⁶³ Art. 980-A, parágrafo 3º: A empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração”.

¹⁶⁴ Cf. COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa**, p. 132.

¹⁶⁵ ORCESI DA COSTA, Carlos Celso. Empresas unipessoais. **Revista de Direito Mercantil: Industrial, Econômico e Financeiro**. n. 51. pp. 33-44, julho-setembro, 1983.

No que concerne às vantagens, elenca-as da seguinte forma: estimula a criação de empresas; oferece garantia à continuidade da empresa quando do falecimento do empresário ou quando da declaração de sua incapacidade; favorece a transmissão da empresa, tanto *inter vivos* como *mortis causa*; empresas pequenas e médias passam a poder desfrutar da responsabilidade limitada; evita-se a constituição de sociedades de favor ou fictícias; permite às grandes empresas estabelecer filiais facilmente controláveis; evita o uso das figuras societárias de responsabilidade limitada hoje disponíveis como subterfúgio; impede a confusão patrimonial; possibilita uma melhor gestão financeira e contábil das empresas, bem como proporciona uma maior agilidade na tomada de decisões¹⁶⁶.

Em se tratando dos malefícios decorrentes do exercício empresarial individual, MATARREDONA aponta a eliminação da possível execução dos bens pessoais do empresário em favor dos credores quando não são suficientes aqueles da empresa; contradição com o princípio da individualidade e indivisibilidade do patrimônio da pessoa física; a diminuição de garantia dos credores¹⁶⁷.

Apenas a título de informação, ainda tratando dos possíveis benefícios advindos da Lei n. 12.441/2011, em vias de conclusão, cumpre aludir a uma pesquisa de 2001 realizada em conjunto pelo Banco Mundial e por professores da Universidade de Harvard que avaliou o modo pelo qual são constituídas empresas e sociedades em 85 diferentes países (dentre eles, o Brasil), avaliando os procedimentos requeridos, bem como o tempo e custo de cada um deles.

O referido estudo concluiu que existe uma proporcionalidade entre o volume de burocracia necessária para a criação de uma empresa, a quantidade de empresas sem registro e os níveis de corrupção do país. Eis o desfecho da pesquisa:

A análise da regulamentação de 85 países demonstra que, mesmo desconsiderando os custos associados à corrupção e atrasos burocráticos, a criação de novas empresas é extremamente custosa, especialmente nos países que se encontram fora do grupo que compreende os países 25% mais ricos. Acreditamos que uma regulamentação mais ampla da constituição de

¹⁶⁶ MATARREDONA, Josefina Boquera. **La sociedad unipersonal de responsabilidad limitada**. Editora Civitas: Madrid, 1996, p.29.

¹⁶⁷ MATARREDONA, Josefina Boquera. *Idem*, pp. 29-30.

novas empresas está geralmente associada a uma maior corrupção e a uma economia mais informal, mas sem uma melhor qualidade de serviços privados e públicos. (...) A constituição de novas empresas é regulada mais amplamente por governos menos democráticos, de modo que tal regulamentação não se traduz em benefícios sociais visíveis. Os principais beneficiários parecem ser os próprios políticos e burocratas.¹⁶⁸

Isto posto, com a inclusão da figura da EIRELI em seu ordenamento jurídico, o Brasil dá um passo importante para formalizar sua economia, deixando de lado a cultura do exercício da atividade empresarial sem registro, mesmo com os eventuais defeitos que a nova modalidade de pessoa jurídica de direito privado possa conter, como o capital social mínimo exigido.

Evidente, portanto, que o tema da limitação da responsabilidade do comerciante individual é de grande interesse para as práticas comerciais, eis que a empresa individual de responsabilidade limitada traz novo oxigênio ao pequeno empreendedor e à pequena empreendedora, evitando que eles se vejam obrigados a recair em subterfúgios, formalizando na medida do possível a economia brasileira.

¹⁶⁸ O excerto original tem a seguinte redação na língua inglesa: "An analysis of the regulation of entry in 85 countries shows that, even aside from the costs associated with corruption and bureaucratic delay, business entry is extremely expensive, especially in the countries outside the top quartile of the income distribution. We find that heavier regulation of entry is generally associated with greater corruption and a larger unofficial economy, but not with better quality of private or public goods. (...) Entry is regulated more heavily by less democratic governments, and such regulation does not yield visible social benefits. The principal beneficiaries appear to be the politicians and bureaucrats themselves". JANKOV, Simeon; LA PORTA, Rafael; SILANES, Florencio Lopez de; SHLEIFER, Andrei. **The Regulation of Entry**. Disponível em <<http://go.worldbank.org/K82BM0TKW0>>. Acesso em 13 de outubro de 2012, p. 27

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A antiga demanda da classe empresarial por um instrumento jurídico que limitasse a responsabilidade do empresário individual serviu por vários anos como foco de um intenso debate entre os estudiosos do direito empresarial. Buscava-se, dessa maneira, proteger o patrimônio pessoal daquele que exerce atividade econômica organizada das obrigações que o comerciante viesse a assumir.

Além desse objetivo que já vinha de longa data, o reclamo pela empresa individual de responsabilidade se fundamentava na necessidade de formalização das diversas sociedades constituídas tão somente com o fito de limitação da responsabilidade do empresário. A impossibilidade de abertura de um empreendimento, com o benefício da responsabilidade limitada e sem a necessidade da pluralidade de sócios, ocasionou em nosso cenário jurídico-econômico a proliferação de sociedades fictícias ou de favor, nas quais um dos sócios não participava efetivamente.

Tendo esse contexto como pano de fundo, o clamor pela limitação da responsabilidade do comerciante singular se baseava em alguns argumentos. Em primeiro lugar, era preciso extinguir a desigualdade entre os empresários que constituíam sociedades de diversas modalidades e os empresários individuais, que não poderiam usufruir do benefício da responsabilidade limitada.

Para muitos doutrinadores, a limitação da responsabilidade do empresário individual estimularia a criação de novos empreendimentos, favorecendo a livre iniciativa. Do mesmo modo, havia a necessidade de formalização do sem-número de sociedades fictícias, já mencionada acima.

Com a promulgação da Lei n. 12.441/2011, permitiu-se a constituição da empresa individual de responsabilidade limitada, situando-a no rol de pessoas jurídicas de direito privado. A novidade legislativa, portanto, compõe o objeto desta monografia, bem assim a viabilidade da limitação de responsabilidade nos termos impostos pelo legislador.

Foi com esse foco que se passou a explicar temas de extrema importância para a compreensão da nova lei, como a concepção de personalidade jurídica e sua

atribuição, as pessoas jurídicas de direito privado elencadas no Código Civil Brasileiro, enfatizando as sociedades empresárias, as diversas concepções de empresa, o empresário individual, o fenômeno da personificação da empresa, bem como os reflexos dessa atribuição em nosso ordenamento jurídico.

Inicialmente delineou-se brevemente a personalidade jurídica e suas concepções, haja vista a inclusão da EIRELI, como já exposto, no rol do artigo 44 do Código Civil, que elenca as pessoas jurídicas de direito privado no ordenamento jurídico brasileiro, lembrando que o legislador brasileiro tradicionalmente conferiu personalidade jurídica a entes coletivos, o que revela o caráter de novidade da EIRELI.

Ressalte-se que foi dada especial atenção nessa fase do trabalho às sociedades empresárias – distinguindo-as das sociedades simples e apresentando as diversas teorias que as classificam –, eis que a elas a legislação civil já permitia a limitação de responsabilidade.

A personificação da empresa, ainda que de concepção bastante controversa na doutrina, que ora a situa como sujeito de direito, ora como objeto, corresponde a uma técnica que permite o estabelecimento dos limites da responsabilidade do empresário. Nada obstante, tratou-se da destinação de um patrimônio separado à empresa individual, além do fenômeno da personificação da empresa, visando à limitação da responsabilidade do comerciante singular.

A partir da constatação de que a limitação da responsabilidade da empresa individual condizia com um imperativo de ordem prática, buscou-se identificar qual técnica traria mais benefícios a tal propósito: se a personificação da empresa, de cunho subjetivista, ou se a separação de patrimônio, implicando a compreensão da empresa como objeto de direito.

A presente monografia mostrou que, dentre as duas técnicas, foi a fórmula da personalização da empresa que acabou sendo adotada pelo legislador com a promulgação da Lei n. 12.441/2011, em detrimento do entendimento da empresa como patrimônio.

Finalmente, após a demonstração de diversos institutos importantes para a compreensão da nova lei, foram debatidos os reflexos da nova figura no direito

brasileiro, bem como os possíveis benefícios trazidos pelo instituto, como a conversão de sociedades cujas quotas concentraram-se em um único sócio.

Ressalve-se que, dado o curto lapso de tempo desde o início da vigência da Lei n.12.441/2011, há certa dificuldade na avaliação das vantagens e desvantagens efetivas trazidas ao exercício da atividade econômica organizada. A grande confirmação que se fez, se é que é possível afirmá-la sem sombra de dúvida, é que a EIRELI representa um passo à frente na proteção do acervo patrimonial dos pequenos e médios empresários, bem como na promoção de empreendimentos de menor monta, homenageando a livre iniciativa.

Espera-se, portanto, que a praxe empresarial da EIRELI revele um eficiente instrumento de desenvolvimento econômico da população brasileira, consagrando o empreendedorismo dos homens e mulheres que, individualmente, se lançam à atividade empresária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Francisco. **Direito Civil: introdução**. 5. ed. rev. atual. e aum. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 18. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

BERTOLDI, Marcelo; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. **Curso Avançado de Direito Comercial**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

CATANESE, Andrea di Fuccio. PAZZAGLINI FILHO, Marino. **Direito de Empresa no Novo Código Civil: empresário individual e sociedades**. São Paulo: Atlas, 2003.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

COMPARATO, Fabio Konder. **O poder de controle na sociedade anônima**. 3. ed. rev. atual. e cor. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

CORREA DE OLIVEIRA, José Lamartine. **A dupla crise da pessoa jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1979.

CORREA DE OLIVEIRA, José Lamartine. **Conceito de pessoa jurídica**. Curitiba, 1962.

CRISTIANO, Romano. **A empresa individual e a personalidade jurídica**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1977.

CRISTIANO, Romano. **Personificação da empresa**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1982.

DJANKOV, Simeon; LA PORTA, Rafael; SILANES, Florencio Lopez de; SHLEIFER, Andrei. **The Regulation of Entry**. Disponível em <<http://go.worldbank.org/K82BM0TKW0>>. Acesso em 13 de outubro de 2012.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. 21. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa: comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil**. 2. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

_____. **Lições de direito societário**, v.1, 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

_____. **Manual das companhias ou sociedades anônimas**. Reformulação da obra Lições de Direito Societário II – Sociedade Anônima. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

ISFER, Edson. **Sociedades unipessoais e empresas individuais: responsabilidade limitada**. Curitiba: Juruá, 1996.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 2. ed. brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Monografia jurídica**. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

MACHADO, Sylvio Marcondes. **Limitação de responsabilidade de comerciante individual**. São Paulo, 1956.

_____. **Questões de Direito Mercantil**. São Paulo: Saraiva, 1977.

MATARREDONA, Josefina Boquera. **La sociedad unipersonal de responsabilidad limitada**. Editora Civitas: Madrid, 1996.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 32. ed. São Paulo: LTr, 2006,

ORCESI DA COSTA, Carlos Celso. Empresas unipessoais. **Revista de Direito Mercantil**: Industrial, Econômico e Financeiro. n. 51. pp. 33-44, julho-setembro, 1983.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**, vol. I. 21ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. v. 1. 29. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

SALOMÃO FILHO, Calixto. **A sociedade unipessoal**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.

_____. **O novo direito societário**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

ADin questiona lei que permite criação de empresa individual de responsabilidade limitada. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI139287,11049-ADIn+questiona+lei+que+permite+criacao+de+empresa+individual+de>. Acesso em: 10 de julho de 2012.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1943.

_____. Lei n. 4.591, de 16 de dezembro de 1964. Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 de dezembro de 1964.

_____. Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, publicado em 27 de fevereiro de 1967 e retificado em 17 de julho de 1967.

_____. Decreto-Lei n. 1.001, de 21 de outubro de 1969. Institui o Código Penal Militar. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 de outubro de 1969.

_____. Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 de janeiro de 1973.

_____. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 de dezembro de 1976.

_____. Lei Complementar n. 35, de 14 de março de 1979. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de março de 1979.

_____. Lei. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial da União**, Brasília, publicado em 12 de dezembro de 1990 e republicado em 18 de março de 1998.

_____. Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério

Público dos Estados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 de fevereiro de 1993.

_____. Lei n. 9.096, de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, parágrafo 3º, V, da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 de setembro de 1995.

_____. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 de janeiro de 2002.

_____. Lei. n. 10.931, de 2 de agosto de 2004. Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei n. 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis n. 4.591, de 16 de dezembro de 1964, n. 4.728, de 14 de junho de 1965 e n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 de agosto de 2004.

_____. Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 de fevereiro de 2005.

_____. Lei n. 12.441, de 11 de julho de 2011. Altera a Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 de julho de 2011.